



Estado do Rio de Janeiro

**Câmara Municipal de Cabo Frio**

**P R O C E S S O**

N.º \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

*Env. C & OA / anexo / em 15/09/2022*

Proc: **2022 / 361**

Vol: 0

PAD

PRESTACAO DE CONTAS

Data Abertura : 09/05/2022

Interessado : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Obs : PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL - PROCESSO TCE/RJ Nº  
208.708-6/2022 - JOSE BONIFÁCIO FERREIRA NOVELINO - EXERCÍCIO 2021

OFÍCIO PRS/SSE/CGC 11934/2022

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2022



**Senhor Presidente,**

Com fundamento na Deliberação TCE-RJ nº 285/18, com redação dada pela Deliberação TCE-RJ nº 328/21, dou-lhe ciência da manifestação da Subsecretaria de Controle de Contas e Gestão Fiscal - SUB-CONTAS, nos autos do **Processo TCE/RJ nº 208.708-6/2022** (Prestação de Contas de Governo Municipal), conforme instrução exarada em **05.05.2022**.

**Observação:** para fins de atendimento a este ofício, a resposta deve ocorrer pelo sistema de Prestação de Contas, seguindo as orientações do tutorial disponível na página do TCE-RJ na internet: [https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/prestacao\\_de\\_contas\\_de\\_governo\\_2021](https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/prestacao_de_contas_de_governo_2021)

**Atenciosamente,**

**SIMONE AMORIM COUTO**  
Subsecretária das Sessões  
ASSINADO DIGITALMENTE

**OBSERVAÇÕES:**

- i. visualização do inteiro teor dos autos disponível em: <https://www.tcerj.tc.br/consulta-processo/Processo>
- ii. no caso de indisponibilidade de visualização do inteiro teor por meio do sítio eletrônico, a vista dos autos poderá ser solicitada na Coordenadoria de Prazos e Diligências – CPR ([cpr@tcerj.rj.br](mailto:cpr@tcerj.rj.br)), localizada na Praça da República, 70, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ, nos dias úteis, das 10 às 17 horas.



**EXMO. SR.**  
**Miguel Fornaciari Alencar**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO**  
AVENIDA ASSUNÇÃO, 760  
CENTRO - CABO FRIO/RJ CEP 28.906-200  
REF.PROC.TCE/RJ 208.708-6/2022  
OFÍCIO SSE/CGC 11934/2022  
**02/002418 OF202**



**Processo :** 208708-6/22  
**Origem :** PREFEITURA CABO FRIO  
**Setor :**  
**Natureza :** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL  
**Interessado :** JOSÉ BONIFÁCIO FERREIRA NOVELLINO  
**Observação :** REF. EXERCÍCIO 2021



**Senhor Coordenador-Geral,**

Trata o presente processo da Prestação de Contas de Governo do Município de **CABO FRIO**, referente ao exercício de **2021**, encaminhada a este Tribunal de Contas para Emissão de Parecer Prévio.

No exame preliminar da documentação apresentada nesta Prestação de Contas de Governo foi constatada a ausência de elementos necessários à análise, impossibilitando a verificação das normas legais e constitucionais que devem ser cumpridas pelo Município.

Os elementos necessários à regularização desta Prestação de Contas de Governo, de acordo com o disposto no Anexo e nos Modelos da Deliberação TCE nº 285/18, são os relacionados a seguir.

### **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

#### **LEI MUNICIPAL**

- **RETIFICAÇÃO** do preenchimento do ANEXO DE METAS FISCAIS, cujo ajuste, será no respectivo quadro do **“e-TCERJ/ Jurisdicionado/Prestação de Contas Governo Municipal”**, no que se refere aos dados de **RECEITA e**

**DESPESA** do ANEXO DE METAS FISCAIS da Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, relativa ao exercício de 2021.



**NOTA:** Nos dados do Anexo de Metas Fiscais preenchidos no e-TCERJ não foram consideradas as receitas e despesas totais, mas sim as receitas e despesas primárias.

## LEIS E DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

- **Leis Autorizativas** específicas de abertura de créditos adicionais (**Leis nºs 3.269/21, 3.274/21 e 3.286/21**), com a indicação da data de publicação.

**NOTA:** Leis mencionadas no Modelo 4 não foram encaminhadas.

- **RETIFICAÇÃO** da Relação dos Decretos de créditos adicionais abertos com base em fonte de recurso de **excesso de arrecadação**, nos moldes do **Modelo 7** da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, cujo ajuste, será realizado no respectivo quadro do “e-TCERJ/Jurisdicionado/Prestação de Contas Governo Municipal”, observando o seu preenchimento com os dados de cada fonte utilizada pelo **Decreto nº 6681/21**.

**NOTA 1:** No Modelo 7 preenchido no e-TCERJ, o Decreto nº 6681/21, no valor total de R\$3.504.070,78, não teve todos os valores de suas fontes registrados, constando apenas R\$2.005.023,70 na fonte 976 - SES.

**NOTA 2:** Decreto nº 6691/21 teve o valor de R\$29.818,00 (Convênio) indevidamente considerado no Modelo 7, quando o correto seria no Modelo 8.

- Documentação comprobatória do **excesso de arrecadação** ou do **cálculo de apuração da respectiva tendência de excesso** para o exercício, relativamente ao crédito adicional aberto pelo **Decreto nº 6575/21, especificamente na fonte 941 (TOT - TERMINAL DE ÔNIBUS DE TURISMO)**.

**NOTA:** Não foi apresentada a documentação para o excesso de arrecadação na **fonte 941 (R\$650,88)** do Decreto nº 6575/21.





- **RETIFICAÇÃO** da Relação dos decretos de créditos adicionais abertos com base em fonte de recurso de convênios, nos moldes do **Modelo 8** da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, cujo ajuste, será realizado no respectivo quadro do “e-TCERJ Jurisdicionado de Prestação de Contas Governo Municipal”.

**NOTA:** O Modelo 8 preenchido no e-TCERJ não discrimina os dados dos Decretos nº 6593, 6606, 6626 e 6691.

- Balancete Contábil registrando o total do ativo e do passivo de cada fonte utilizada na abertura dos créditos adicionais utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior (2020), nos moldes do **Modelo 9** da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, acompanhado da respectiva documentação comprobatória do referido superávit, relativamente ao crédito adicional aberto pelo Decreto nº 6575/21, especificamente as fontes 960 (LEI ALDIR BLANC) e 941 (TOT - TERMINAL DE ÔNIBUS DE TURISMO).

**NOTA:** Não foi apresentada a documentação para o superávit nas fontes 960 (R\$270.806,09) e 941 (R\$106.760,64) do Decreto nº 6575/21, sendo que a fonte 941 (TOT - TERMINAL DE ÔNIBUS DE TURISMO) já teria sido integralmente utilizada pelo Decreto nº 6555 (R\$94.211,07).

## **DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CONSOLIDADOS**

- **DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS** (abrangendo todos os Órgãos, Entidades e Fundos Especiais da Administração Direta e Indireta do Município, incluindo os dados do Poder Legislativo e das Empresas Estatais Dependentes)



- **NOVO ANEXO 2** - Demonstração da Receita e Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas.

**NOTA:** Anexo 2 Consolidado encaminhado não discrimina a parte das receitas do exercício, constando somente as despesas.

- **RETIFICAÇÃO** do preenchimento dos dados do **ANEXO 10** - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, cujo ajuste, será no respectivo quadro do **“e-TCERJ/ Jurisdicionado/Prestação de Contas Governo Municipal”**.

**NOTA:** Registros da receita intraorçamentária e das deduções no e-TCERJ estão incompatíveis com o Anexo 10 Consolidado, distorcendo o total da receita arrecadada.

- **NOVO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**, incluindo:
  - a) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados;
  - b) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso.

**NOTA:** Balanço Orçamentário Consolidado encaminhado sem o **Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados**.

- **Nota Explicativa acompanhada da documentação comprobatória** que justifique cada **cancelamento de restos a pagar processados** registrados no Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.

**NOTA:** Documento não encaminhado, tendo sido verificado no Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados anexo ao Balanço Orçamentário Consolidado, o registro de cancelamento de restos a pagar no valor de R\$3.847.852,85.





▪ **NOVO BALANÇO PATRIMONIAL**, incluindo:

- a) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas;
- b) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro;
- c) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes;

**NOTA:** Balanço Patrimonial Consolidado encaminhado não está acompanhado dos Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

- Comprovação da **CONSOLIDAÇÃO** dos demonstrativos contábeis, nos moldes do **Modelo 10** da Deliberação TCE-RJ nº 285/18.

**NOTA:** Documento não encaminhado.

**OBSERVAÇÃO:** na hipótese de serem efetuados ajustes que causem impacto nos demonstrativos contábeis encaminhados (Consolidados e/ou de cada Unidade Gestora), **promover o reenvio dos mesmos**.

**DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

- **NOVO ANEXO 10** - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

**NOTA:** Ausente a última página (nº 07) do Anexo 10 do FMS encaminhado.

- **RETIFICAÇÃO** do preenchimento dos dados do **BALANÇO PATRIMONIAL**, cujo ajuste, será no respectivo quadro do **“e-TCERJ/Jurisdicionado/Prestação de Contas Governo Municipal”**, em razão de equívoco no saldo da conta **Investimentos e Aplicações Financeiras** e no **Passivo Financeiro**.

**NOTA 1:** Dados resumidos do Anexo 14 do FMS registrados no e-TCERJ considerou, equivocadamente, na conta Investimentos e Aplicações Financeiras o saldo de Estoques, no montante de R\$13.277.803,57.

**NOTA 2:** Houve também equívoco no lançamento do Passivo Financeiro, cujo valor correto é de R\$103.974.332,04, porém, no e-TCERJ esse valor teve parte classificado no Passivo Permanente.

- **NOVA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.**

**NOTA:** Ausente a última página (nº 05) da DFC do FMS encaminhada.

### **DESPESAS COM EDUCAÇÃO**

- **Documentação contábil comprobatória** relativa ao total das despesas realizadas no ENSINO por função (12 - Educação) e por SUBFUNÇÃO (361, 365, etc.), **EMPENHADAS, LIQUIDADAS e PAGAS**, por fonte de recurso, que comprove os valores lançados pelo município nos **Modelos 11.A, 11.B e 11.C** da Deliberação TCE-RJ nº 285/18 via sistema “e-TCERJ/Jurisdicionado/Prestação de Contas Governo Municipal”.

**NOTA:** Documentação contábil comprobatória dos dados dos Modelos 11.A, 11.B e 11.C lançados no e-TCERJ não foi encaminhada.



- **NOVO** Balancete Contábil de verificação, nos moldes do **Modelo 11.D** da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, demonstrando a **disponibilidade financeira** e **obrigações** específicas do Ensino - MDE na fonte de recurso: **IMPOSTOS e TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS**, acompanhado da documentação comprobatória.

**NOTA:** O balancete encaminhado não considerou nas disponibilidades o saldo contábil (conciliado) da conta corrente nº 71.986-2 - BB (R\$8.585.065,01), mas apenas o de aplicações financeiras (R\$94.163,07).

- **Relação das Consignações/DDO e outros passivos financeiros** das contas de impostos e transferências de impostos existentes em **31/12/2021**, se for o caso (**Modelo 11.D**).

**NOTA:** Documento não encaminhado, tendo sido enviado em seu lugar as conciliações bancárias da conta nº 71.986-2 - BB.

### **FUNDEB**

#### **Quanto à movimentação financeira/patrimonial:**

- **NOVO** Balancete Contábil de verificação da conta FUNDEB em **31/12/2021**, nos moldes do **Modelo 13**, da Deliberação TCE-RJ nº 285/18.

**NOTA:** O balancete encaminhado não considerou nas disponibilidades o saldo contábil (conciliado) da conta corrente nº 73.225-7 - BB (R\$3.999.435,94), mas apenas o de aplicações financeiras (R\$1.421.618,42).

## DESPESAS COM SAÚDE

- **RETIFICAÇÃO** do Total das despesas realizadas em ações e serviços públicos de **SAÚDE – ASPS** (Função 10), independente da fonte de recurso, segregadas em despesas **EMPENHADAS, LIQUIDADAS e PAGAS**, nos moldes do **Modelo 15** da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, cujo ajuste, será realizado no respectivo quadro do “e-TCERJ/Jurisdicionado/Prestação de Contas Governo Municipal”, acompanhado da documentação contábil comprobatória.
- **RETIFICAÇÃO** do Total das despesas realizadas na **SAÚDE** (Função 10), por fonte de recurso, **EMPENHADAS, LIQUIDADAS e PAGAS**, nos moldes do **Modelo 16** da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, cujo ajuste, será realizado no respectivo quadro do “e-TCERJ/Jurisdicionado/Prestação de Contas Governo Municipal”, acompanhado da documentação contábil comprobatória.

**NOTA 1:** O total da despesa empenhada registrada nos Demonstrativos (R\$330.407.408,95) diverge do total da Função 10 do Anexo 8 Consolidado (R\$331.000.763,10).

**NOTA 2:** Documentação contábil comprobatória dos Modelos 15 e 16 não foi encaminhada.

- **NOVO** Balancete Contábil de verificação, nos moldes do **Modelo 17** da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, demonstrando a **disponibilidade financeira** e as **obrigações** do Fundo Municipal de Saúde - FMS, na fonte de recurso: **IMPOSTOS e TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS**, acompanhado dos seguintes documentos comprobatórios:





- **Conciliações bancárias** das contas de impostos e transferências de impostos em **31/12/2021**;
- **Extratos bancários** das contas de impostos e transferências de impostos, referentes ao mês de **dezembro de 2021**;

**NOTA:** O balancete encaminhado (modelo 17) apesar de apresentar o saldo das Disponibilidades de R\$11.547.718,80 compatível com as conciliações, observa-se que este saldo envolve outros recursos que não impostos e transferências de impostos. Assim, resta a necessidade de revisão das conciliações e extratos então encaminhados.

- **Atas das Audiências Públicas** realizadas nos meses de fevereiro/2021 (referente ao 3º quadrimestre de 2020), maio/2021 (referente ao 1º quadrimestre de 2021) e setembro/2021 (referente ao 2º quadrimestre de 2021), nas quais foram apresentados, pelo gestor do SUS, Relatórios detalhados referentes ao quadrimestre anterior, conforme disposto no § 5º e caput do artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12.

**NOTA:** Documentos não encaminhados.

- **Comprovantes dos chamamentos** para a participação nas Audiências Públicas da Saúde (Lei Complementar Federal n.º 141/12).

**NOTA:** Documentos não encaminhados.



- **Parecer do Conselho Municipal de Saúde** quanto à fiscalização da aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, abrangendo todo o exercício de **2021, ou seja, 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2021** (§3º, artigo 77, do ADCT c/c o §3º, artigo 36 da Lei Complementar nº 141/12).

**NOTA 1:** Consta nos autos apenas o parecer relacionado ao **1º quadrimestre de 2021**, porém o **Conselho informa que não teve acesso à prestação de contas**, não tendo condições de emitir um parecer conclusivo.

**NOTA 2:** Diante do apontado na Nota 1, conclui-se pela oportunidade de se **solicitar de novo o parecer do 1º quadrimestre de 2021**, caso já tenha ocorrido o exame efetivo das respectivas contas. Cabendo ainda ressaltar que os **pareceres dos 2º e 3º quadrimestres de 2021** não foram encaminhados.

## ROYALTIES

- **RETIFICAÇÃO** do Total das despesas **EMPENHADAS, LIQUIDADAS e PAGAS** no exercício de **2021**, por Grupo de Natureza de Despesa - GND na Fonte de Recurso dos **Royalties**, nos moldes do **Modelo 19** da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, cujo ajuste, será realizado no respectivo quadro do “e-TCERJ/ Jurisdicionado/Prestação de Contas Governo Municipal”.
- **RETIFICAÇÃO** do Total das despesas **EMPENHADAS, LIQUIDADAS e PAGAS** no exercício de **2021** por **FUNÇÃO**, custeadas com **Royalties**, nos moldes do **Modelo 20**, da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, cujo ajuste, será realizado no respectivo quadro do “e-TCERJ/Jurisdicionado/Prestação de Contas Governo Municipal”.

**NOTA:** Despesas totais empenhadas, liquidadas e pagas registradas nos **Modelos 19 e 20** estão incompatíveis entre si, conforme quadro a seguir:





MODELO	DESPESAS		
	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
MODELO 19	312.026.611,19	297.397.115,59	293.062.669,66
MODELO 20	312.476.611,19	297.847.115,59	293.512.669,66
DIFERENÇA	450.000,00	450.000,00	450.000,00

### CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES AO RPPS

- **RETIFICAÇÃO** do Demonstrativo das contribuições (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao **RPPS** no exercício, **CONSOLIDADO** (somente as Unidades Gestoras do Poder Executivo), nos moldes do **Modelo 23** da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, cujo ajuste, será realizado no respectivo quadro do “e-TCERJ/Jurisdicionado/Prestação de Contas Governo Municipal”.

**NOTA:** Não foram preenchidos no e-TCERJ os valores de competência do exercício em referência (2021) repassados em outras datas do exercício seguinte.

### CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES AO RGPS

- **RETIFICAÇÃO** do Demonstrativo das contribuições (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao **RGPS** no exercício, **CONSOLIDADO** (somente as Unidades Gestoras do Poder Executivo), nos moldes do **Modelo 24** da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, cujo ajuste, será realizado no respectivo quadro do “e-TCERJ/Jurisdicionado/Prestação de Contas Governo Municipal”.



**NOTA:** Dados preenchidos no e-TCERJ dão indícios de que **incluem indevidamente informações do Legislativo**, quando o demonstrativo solicita somente as Unidades Gestoras do Poder Executivo. Foi observado ainda que os valores lançados no e-TCERJ estão superiores ao somatório das unidades gestoras presentes nos quadros (Modelo 24) enviados em PDF (pç. 117), mesmo incluindo a Câmara para efeito comparativo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

UNIDADES GESTORAS (pç. 117 PDF)	PATRONAL		SERVIDOR	
	DEVIDO	REPASSADO	DEVIDO	REPASSADO
FMAS	749.304,79	749.304,79	271.591,94	271.591,94
FMS	35.756.056,27	34.643.976,49	7.856.325,72	8.464.325,88
CÂMARA	2.560.400,03	2.560.400,03	1.141.636,35	1.141.636,35
COMSERCAF	772.818,34	772.818,34	342.604,17	342.604,17
IBASCAF	182.674,80	182.674,80	85.059,38	85.059,38
PREFEITURA	13.663.543,75	13.663.543,75	5.499.669,02	5.499.669,02
<b>TOTAL</b>	<b>53.684.797,98</b>	<b>52.572.718,20</b>	<b>15.196.886,58</b>	<b>15.804.886,74</b>
<b>TOTAL LANÇADO NO e-TCERJ</b>	<b>53.898.234,23</b>	<b>53.056.261,33</b>	<b>15.515.970,23</b>	<b>16.099.004,57</b>

### CONTRATOS DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E/OU PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

- **NOVA** Lista de contratos em vigor, relativos a concessão ou permissão de serviços públicos (Lei n.º 8.987/95) e/ou Parceria Público-Privada (Lei n.º 11.079/04), nos moldes do **Modelo 27** da Deliberação TCE-RJ nº 285/18.

**NOTA:** No documento encaminhado não foram informados todos os códigos de cadastro no Sigfis das Concessões e Parcerias realizadas.



**OUTROS DOCUMENTOS – ART. 4º DA DEL. TCE-RJ N.º 285/18**

- Documentação que comprove o valor recebido pelo município a título de Fundeb da complementação da União – VAAT no exercício de 2021;
- Documentação que comprove o valor recebido pelo município a título de Fundeb da complementação da União – VAAF no exercício de 2021;
- Documentação que comprove a receita obtida mediante os rendimentos de aplicação financeira a título de Fundeb da complementação da União – VAAT no exercício de 2021;
- Documentação que comprove a receita obtida mediante os rendimentos de aplicação financeira a título de Fundeb da complementação da União – VAAF no exercício de 2021;
- Documentação que comprove o valor aplicado pelo município (despesas empenhadas) em despesas de capital com a complementação da União – VAAT no exercício de 2021;
- Documentação que comprove o valor aplicado pelo município (despesas empenhadas) em Educação Infantil com a complementação da União – VAAT no exercício de 2021;2019

**NOTA:** Documentos não encaminhados.

**Obs.:** Os documentos devem estar assinados consoante o disposto no art. 16 da Deliberação TCE-RJ nº 285/18.



## PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto e,

Considerando que o rol dos documentos essenciais à análise das contas de Governo referentes ao exercício de **2021**, encontram-se disponíveis no *site* desta Corte de Contas ([www.tce.rj.gov.br](http://www.tce.rj.gov.br));

Considerando que a ausência de documentação poderá ocasionar a emissão de parecer prévio contrário nas contas do Chefe do Executivo, tendo em vista a impossibilidade de verificação das normas legais e constitucionais que devem ser cumpridas pelo município;

**Sugere-se:**

**I – EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO**, prevista no art. 7º-A, inciso I, da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, para que, no prazo improrrogável de **15 (quinze) dias**, o jurisdicionado encaminhe documentos e demais elementos elencados nos presentes autos, a serem anexados a esta Prestação de Contas de Governo referente ao exercício de 2021, **por meio do sistema e-TCERJ**, objetivando a sua regularização.

**II – EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO**, prevista no art. 7º-A, inciso II, da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, à **CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO** para ciência do apurado nestes autos.

**CSC-MUNICIPAL, 05/05/2022**

**JOSÉ ROBERTO GOMES DE SOUSA**  
Assistente  
Matrícula 02/003557





**Senhor Subsecretário-Adjunto da SUB-CONTAS,**

Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

**CAC-GOVERNO, 27/04/2022**

**NEI FERREIRA DA SILVA**  
**Coordenador-Geral**  
**Matrícula 02/004314**

**Senhor Coordenador-Geral da CGC,**

Com base na Deliberação TCE-RJ nº 285/18, alterada pela Deliberação TCE-RJ nº 328, de 11 de agosto de 2021, publicada no DORJ de 18 de agosto de 2021 e na Portaria SGE nº 02, de 19 de outubro de 2021, publicada no DORJ de 26 de outubro de 2021, remeto os autos à Vossa Senhoria para fins de expedição de ofício nos termos propostos.

**SUB-CONTAS, 05/05/2022**

**DIEGO RAMOS FERREIRA DA SILVA**  
**Subsecretário-Adjunto**  
**Matrícula 02/004310**



05/05/2022 10:24:20

Assinado Digitalmente por: DIEGO RAMOS  
FERREIRA DA SILVA  
Data: 2022.05.05 17:10:43 -03:00  
Razão: Processo 208708-6/2022  
Local: TCERJ

Assinado Digitalmente por: NEI FERREIRA DA  
SILVA  
Data: 2022.05.05 11:50:52 -03:00  
Razão: Processo 208708-6/2022  
Local: TCERJ

Assinado Digitalmente por: JOSE ROBERTO  
GOMES DE SOUSA  
Data: 2022.05.05 10:29:13 -03:00  
Razão: Processo 208708-6/2022



TCE	Município: CABO FRIO	Exercício: 2021						
CHECKLIST								
SUB CONTAS	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (Prestação de Contas de Governo Municipal nos termos da Deliberação TCE/RJ n.º 285/18)							
CSC MUNICIPAL	Elementos que constituem a Prestação de Contas de Governo do Município, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/00 (LRF) e Deliberações TCE/RJ n.ºs 248/08, 261/14, 265/16, 271/17, 281/17, 285/18, 325/21 e 328/21							
Elementos		Apresentação						
		S	N	P	N/A	Pç	Fls	Observação
Responsabilização								
Dados do Prefeito Municipal e do Responsável pelo Controle Interno, nos moldes do Modelo 1, da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.		X				120 e 113	06/07 (pç. 120) e 01 (pç. 113)	
Obs.: O município que no exercício de 2021 teve como gestor mais de um prefeito municipal deverá enviar os dados de todos que em algum momento assumiram este cargo, informando o período de gestão de cada responsável.								
Abertura da Sessão Legislativa								
Data da abertura da Sessão Legislativa da Câmara Municipal no exercício de 2022.		X				120 e 114	10 (pç. 120) e 01/04 (pç. 114)	01/02/2022
Execução Orçamentária								
Lei do Plano Plurianual - PPA, que abrange o exercício, acompanhada dos respectivos ANEXOS, bem como das cópias das alterações porventura realizadas, contendo a indicação da data de publicação.		X				2 e 3	06/180 e 01/530	
Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, relativa ao exercício de 2021, acompanhada do ANEXO DE METAS FISCAIS e demais elementos, bem como da cópia das alterações porventura realizadas (artigo 4º da Lei Complementar n.º 101/00), contendo a indicação da data de publicação.				X		4 e 120	01/43 (pç. 4) e 13 (pç. 120)	Anexo de Metas Fiscais - fl. 17 (pç. 4); Anexo de Metas preenchido no e-TCERJ não considerou as receitas e despesas totais, mas sim as receitas e despesas primárias.
Lei dos Orçamentos Anuais - LOA, relativa ao exercício de 2021, acompanhada de todos os seus ANEXOS, bem como das alterações porventura realizadas (artigo 2º da Lei Federal n.º 4.320/64 e artigo 5º da Lei Complementar Federal n.º 101/00), contendo a indicação da data de publicação.		X				5	06/390	Fontes de recursos - fls. 20/22
Relação consolidada de todos os decretos de abertura de créditos adicionais suplementares (Administração Direta e Indireta), abertos com base em autorização na Lei Orçamentária Anual - LOA, nos moldes do Modelo 3 da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.		X				6 e 120	01/02 (pç. 6) e 15/34 (pç. 120)	
Relação consolidada de todos os decretos de abertura de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários (Administração Direta e Indireta), abertos com base nas demais leis autorizativas, nos moldes do Modelo 4 da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.		X				120	32/33	
Obs.: Caso o município tenha aberto créditos adicionais somente com base na LOA, deverá ser apresentada declaração quanto à inexistência de abertura de créditos por leis específicas.								
Leis Autorizativas específicas de abertura de créditos adicionais, com a indicação da data de publicação.		X						Ausências das leis n.º 3269/21, 3274/21 e 3286/21
Demonstrativo de compatibilidade entre as alterações orçamentárias e o orçamento final autorizado registrado no Anexo 11 da Lei n.º 4.320/64 Consolidado, nos moldes Modelo 5 da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.		X				120	35	
Decreto Municipal que declarou situação caracterizada como estado de calamidade pública, no caso de abertura de créditos adicionais extraordinários no exercício de 2021 ou declaração de não ocorrência.		X				8	01	Declaração de inexistência.
Decreto Estadual que homologou o estado de calamidade pública, ou declaração de não ocorrência.		X				9	01/02	Dec. 47.428, de 29/12/2020, e Dec. 47.665, de 29/06/2021
Elementos que comprovem que a Câmara Municipal tomou ciência dos Decretos que abriram crédito adicional extraordinário.		X				10	01	
Documentação contábil comprovando a existência de saldo orçamentário (sobra) não utilizado no exercício de 2020, no caso de créditos adicionais especiais abertos em 2021, com base em leis autorizativas promulgadas nos últimos quatro meses do exercício de 2020.		X				7	01	Declaração de inexistência.
Relação dos Decretos de créditos adicionais abertos com base em fonte de recurso de superávit financeiro do exercício anterior (2020), nos moldes do Modelo 6 da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.		X				11 e 120	01/02 (pç. 11) e 37/39 (pç. 120)	
Relação dos Decretos de créditos adicionais abertos com base em fonte de recurso de excesso de arrecadação, nos moldes do Modelo 7 da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.				X		13 e 120	01/03 (pç. 13) e 41/46 (pç. 120)	Decreto 6681, no valor total de R\$3.504.070,78, não teve todos os valores de suas fontes registrados, constando apenas R\$2.005.023,70 na fonte 976 - SES. Decreto 6691 teve o valor de R\$29.818,00 (convênio) indevidamente considerado nesta Relação.
Documentação comprobatória do excesso de arrecadação ou do cálculo de apuração da respectiva tendência de excesso para o exercício, para cada Decreto, relativa aos créditos adicionais relacionados no Modelo 7 da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.				X		13	04/561	Ausente a documentação para a fonte 941 do Decreto 6575;
Relação dos decretos de créditos adicionais abertos com base em fonte de recurso de convênios, nos moldes do Modelo 8 da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.				X		118 e 120	01/02 (pç. 118) e 46 (pç. 120)	Quadro preenchido no e-TCERJ não discrimina decretos n.ºs 6593, 6606, 6626 e 6691.
Balancete Contábil registrando o total do ativo e do passivo de cada fonte utilizada na abertura dos créditos adicionais utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior (2020), nos moldes do Modelo 9 da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18, acompanhado da respectiva documentação comprobatória do referido superávit.				X		12	01/261	Não foi apresentada documentação para as fontes 960 e 941 do Decreto 6575, sendo que a fonte 941 já teria sido integralmente utilizada pelo Decreto 6555 (R\$94.211,07)



TCE	Município: CABO FRIO	Exercício: 2021						
CHECKLIST								
SUB CONTAS	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (Prestação de Contas de Governo Municipal nos termos da Deliberação TCE/RJ n.º 285/18)							
CSC MUNICIPAL	Elementos que constituem a Prestação de Contas de Governo do Município, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/00 (LRF) e Deliberações TCE/RJ n.ºs 248/08, 261/14, 265/16, 271/17, 281/17, 285/18, 325/21 e 328/21							
Elementos		Apresentação						
		S	N	P	N/A	Pç	Fls	Observação
Audiências Públicas de Avaliação das Metas Fiscais - LC 101/00								
Atas das Audiências Públicas realizadas até o final dos meses de fevereiro/2021 (referente ao 3º quadrimestre de 2020), maio/2021 (referente ao 1º quadrimestre de 2021) e setembro/2021 (referente ao 2º quadrimestre de 2021), em cumprimento ao disposto no §4º do art. 9º da Lei Complementar n.º 101/00.		X				93, 95 e 97	01/20 (pç. 93), 01/26 (pç. 95) e 01/26 (pç. 97)	Foi apresentada justificativa para a não realização das audiências do 3º quadrimestre de 2020 e do 1º quadrimestre de 2021.
Improvantes dos chamamentos para a participação nas Audiências Públicas de Avaliação das Metas Fiscais (Lei Complementar Federal n.º 101/00).		X				94, 96 e 98	01 (pç. 94), 01 (pç. 96) e 01 (pç. 98)	
Demonstrativos Contábeis (Lei Federal n.º 4.320/64)								
a) DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS (abrangendo todos os Órgãos, Entidades e Fundos Especiais da Administração Direta e Indireta do Município, incluindo os dados do Poder Legislativo e das Empresas Estatais Dependentes)								
ANEXO 1 - Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas.		X				14	1	
ANEXO 2 - Demonstração da Receita e Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas.				X		15	01/06	Anexo não apresenta a parte das receitas.
ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os recursos.		X				16	01/08	
ANEXO 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.				X		17	01/27	Registros da receita intra e das deduções no e-TCE/RJ incompatíveis com o Anexo 10, distorcendo o total da receita arrecadada.
ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.		X				18	01/18	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, incluindo:								
a) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados;				X		19 e 20	01/04 (pç. 19) e 01 (pç. 20)	Ausente o Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados
b) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso.								
Nota Explicativa acompanhada da documentação comprobatória que justifique cada cancelamento de restos a pagar processados registrados no Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados, constante do Balanço Orçamentário Consolidado.			X					
BALANÇO FINANCEIRO.		X				21	01/03	
BALANÇO PATRIMONIAL, incluindo:								
a) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas;				X		22	01/02	Ausência dos Quadros mencionados nos itens a e b.
b) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro;								
c) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes.								
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.		X				23	01	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.		X				24	01/05	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.		X				25	01	
ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna.		X				26	01	
ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante.		X				27	01/07	
BALANCETE CONTÁBIL ANALÍTICO - CONSOLIDADO, com a posição em 31/12/2021, detalhado até o 7º nível de desdobramento.		X				28	01/24	
Comprovação da CONSOLIDAÇÃO dos demonstrativos contábeis, nos moldes do Modelo 10, da Deliberação TCE/RJ n.º 285/18.			X					
b) CÂMARA MUNICIPAL								
ANEXO 2 - Demonstração da Receita e Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas.		X				29	01/02	
ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os recursos.		X				31	01	
ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.		X				32	01/02	



TCE	Município: CABO FRIO	Exercício: 2021						
SUB CONTAS	CHECKLIST							
CSC MUNICIPAL	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (Prestação de Contas de Governo Municipal nos termos da Deliberação TCE/RJ n.º 285/18)							
Elementos que constituem a Prestação de Contas de Governo do Município, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/00 (LRF) e Deliberações TCE/RJ n.ºs 248/08, 261/14, 265/16, 271/17, 281/17, 285/18, 325/21 e 328/21								
Elementos		Apresentação						
		S	N	P	N/A	Pç	Fls	Observação
<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, incluindo:</b>								
a) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados;		X				33	01/06	
b) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso.								
<b>LANÇO FINANCEIRO.</b>		X				34	01/02	
<b>BALANÇO PATRIMONIAL, incluindo:</b>								
a) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas;								
b) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro;		X				35	01/04	
c) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes.								
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.</b>		X				36	01/05	
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.</b>		X				37	01/05	
<b>ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna.</b>		X				38	01	
<b>ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante.</b>		X				30	01	
<b>c) FUNDO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL</b>								
<b>ANEXO 2 - Demonstração da Receita e Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas.</b>					X			
<b>ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os recursos.</b>					X			
<b>ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.</b>					X			
<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, incluindo:</b>								
a) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados;					X			
b) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso.								
<b>BALANÇO FINANCEIRO.</b>					X			
<b>BALANÇO PATRIMONIAL, incluindo:</b>								
a) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas;								
b) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro;					X			
c) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes.								
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.</b>					X			
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.</b>					X			
<b>ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna.</b>					X			
<b>ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante.</b>					X			
<b>d) ÓRGÃO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL</b>								
<b>ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os recursos.</b>		X				49	01	
<b>ANEXO 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.</b>		X				51	01/06	
<b>ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.</b>		X				52	01/05	
<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, incluindo:</b>								
a) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados;		X				53	01/03	
b) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso.								
<b>BALANÇO FINANCEIRO.</b>		X				54	01/02	



TCE	Município: CABO FRIO	Exercício: 2021						
<b>CHECKLIST</b>								
SUB CONTAS	<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL</b> (Prestação de Contas de Governo Municipal nos termos da Deliberação TCE/RJ n.º 285/18)							
CSC MUNICIPAL	Elementos que constituem a Prestação de Contas de Governo do Município, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/00 (LRF) e Deliberações TCE/RJ n.ºs 248/08, 261/14, 265/16, 271/17, 281/17, 285/18, 325/21 e 328/21							
Elementos		Apresentação						
		S	N	P	N/A	Pç	Fls	Observação
<b>BALANÇO PATRIMONIAL, incluindo:</b> a) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas; b) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro; Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes.		X				55	01/03	DMPL - fl. 04
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.</b>		X				56	01/04	
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.</b>		X				57	01/03	
<b>ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna.</b>		X				58	01	
<b>ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante.</b>		X				50	01	
<b>e) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>								
<b>ANEXO 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os recursos.</b>		X				39	01	
<b>ANEXO 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.</b>				X		41	01/06	Falta última página do Anexo em PDF.
<b>ANEXO 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.</b>		X				42	01/29	
<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, incluindo:</b> a) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados e o de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados; b) Notas Explicativas acerca das receitas e despesas intraorçamentárias, se for o caso.		X				43	01/06	
<b>BALANÇO FINANCEIRO.</b>		X				44	01/03	
<b>BALANÇO PATRIMONIAL, incluindo:</b> a) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, apresentando o detalhamento das respectivas rubricas; b) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro, cujo resultado deve ser igual à diferença apurada entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro; c) Notas Explicativas contendo o detalhamento das contas relevantes.				X		45	01/04	Dados resumidos do Anexo 14 no e-TCERJ considerou equivocadamente R\$13.277.803,57 de Estoques em Investimentos e Aplicações. Há também equívoco no lançamento do Passivo Financeiro, cujo valor correto é de R\$103.974.332,04, porém, no e-TCERJ esse valor teve parte classificado no Passivo Permanente.
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.</b>		X				46	01/06	
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.</b>				X		46 e 47	05/06 (pç. 46) e 01/02 (pç. 47)	Ausente a última página (nº 05) da DFC.
<b>ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna.</b>		X				48	01	
<b>ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante.</b>		X				40	01/03	
<b>Dívida Pública</b>								
Relação das Operações de Crédito, das Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) e das Garantias e Contragarantias de Valores, porventura realizadas no exercício de 2021, contendo a identificação da instituição financeira, a data da celebração da operação, o número do contrato correspondente, o valor contratado e seu objeto/finalidade.		X				92	01	
Leis que autorizaram a realização dessas operações no exercício, com a indicação da data da publicação.								
Obs.: Caso não tenha sido realizada qualquer operação em 2021, encaminhar <u>declaração</u> expressa da inexistência das mesmas, especificando na declaração a inexistência de Operações de Crédito, de Operações de Crédito por Antecipação de Receita (ARO) e de Garantias e Contragarantias de Valores.					X	91	01	
<b>Despesas com Educação</b>								



TCE	Município: CABO FRIO	Exercício: 2021						
CHECKLIST								
SUB CONTAS	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (Prestação de Contas de Governo Municipal nos termos da Deliberação TCE/RJ n.º 285/18)							
CSC MUNICIPAL	Elementos que constituem a Prestação de Contas de Governo do Município, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/00 (LRF) e Deliberações TCE/RJ n.ºs 248/08, 261/14, 265/16, 271/17, 281/17, 285/18, 325/21 e 328/21							
Elementos		Apresentação						
		S	N	P	N/A	Pç	Fls	Observação
Total das despesas realizadas no ENSINO por função (12 - Educação) e por SUBFUNÇÃO (361, 365, etc.), EMPENHADAS, LIQUIDADAS e PAGAS, por fonte de recurso, nos moldes dos Modelos 11.A, 11.B e 11.C, da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18, acompanhados da documentação contábil comprobatória.								
Obs. 1: Atentar que o somatório das despesas empenhadas em cada Fonte deve guardar paridade com o total das despesas empenhadas registradas na Função 12 do anexo 08 Consolidado – "Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas conforme o vínculo com os recursos";								
Obs. 2: No caso de existência de gastos em subfunção atípica (122, 306, etc.) especificar a modalidade de ensino correspondente, a exemplo: Despesas na função 12, subfunção 122: Demonstrar o montante correspondente ao ensino fundamental, médio, profissional, superior, infantil, jovens e adultos e especial;				X		120	93/101	Sem documentação comprobatória. Peças 59, 60 e 61 contém somente quadros em PDF com as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, respectivamente. Porém, na peça 68 há documentação comprobatória para as despesas resultantes do FUNDEB.
Obs. 3: No caso de existência de gastos nas subfunções 366 – Educação de Jovens e Adultos e 367 – Educação Especial especificar a modalidade de ensino correspondente: ensino infantil, fundamental ou médio.								
Balancete Contábil de verificação, nos moldes do Modelo 11.D da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18, demonstrando a disponibilidade financeira e obrigações específicas do Ensino - MDE na fonte de recurso: IMPOSTOS e TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS, acompanhado da documentação comprobatória.				X		63	01	O balancete não considerou nas disponibilidades o saldo contábil (conciliado) da conta corrente nº 71.986-2 - BB (R\$8.585.065,01)
Conciliações bancárias em 31/12/2021 das contas de impostos e transferências de impostos (Modelo 11.D).		X				64	01/02	
Extratos bancários das contas referentes aos impostos e transferências de impostos, relativos ao mês de dezembro de 2021 (Modelo 11.D).		X				65	01/09	
Relação de Restos a Pagar (Processados e Não Processados das contas de impostos e transferências de impostos existentes em 31/12/2021 (Modelo 11.D).		X				66	01/16	Fonte 200 (Ordinário - Educação)
Relação das Consignações/DDO e outros passivos financeiros das contas de impostos e transferências de impostos existentes em 31/12/2021, se for o caso (Modelo 11.D).			X					Encaminhada a conciliação bancária da conta 71.986-2 (fls. 01/02 - pç. 67)
Relação contendo os cancelamentos de Restos a Pagar (processados e não processados) da Função 12 – Educação, da fonte de recursos IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS, realizados no exercício de 2021, relativos aos exercícios de 2020 e anteriores, separados e totalizados por exercício.		X				62 e 120	01/04 (pç. 62) e 105 (pç. 120)	
Obs.: Caso não tenha sido realizado, no exercício de 2021, qualquer cancelamento relativo a restos a pagar da fonte IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS, encaminhar declaração expressa da inexistência do mesmo.								
Total das despesas realizadas no ENSINO (EMPENHADAS, LIQUIDADAS e PAGAS) na fonte de recurso FUNDEB, nos moldes do Modelo 12, da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18, informando separadamente:								
- A parcela referente à remuneração dos profissionais da Educação (70%);								
- A parcela referente às demais despesas (30%).		X				68 e 120	01/08 (pç. 68) e 109 (pç. 120)	
Obs.: Atentar que o somatório das despesas empenhadas, liquidadas e pagas deve guardar paridade com os valores registrados na fonte FUNDEB.								
FUNDEB								
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA								
Decretos referentes aos créditos adicionais abertos com base em fonte de recurso do superávit financeiro da conta FUNDEB do exercício anterior (2020).		X				79	01/02	Decreto 6.481/21.
Obs.: Caso não tenha sido aberto crédito adicional com base no referido recurso, encaminhar declaração expressa da inexistência do mesmo.								
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA/PATRIMONIAL								
Balancete Contábil de verificação da conta FUNDEB em 31/12/2021, nos moldes do Modelo 13, da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.				X		69	01	O balancete não considerou nas disponibilidades o saldo contábil (conciliado) da conta corrente nº 73.225-7 - BB (R\$3.999.435,94).
Conciliações bancárias das contas FUNDEB em 31/12/2021.		X				70	01/06	
Extratos bancários das contas FUNDEB do ano de 2021 (01/01/2021 até 31/12/2021).		X				71	01/56	
Relação dos Restos a Pagar (do exercício de 2021 e de exercícios anteriores) do FUNDEB, porventura existentes em 31/12/2021.		X				72	01/04	
Relação das Consignações e outros passivos do FUNDEB porventura existentes em 31/12/2021.		X				73	01/02	



TCE	Município: CABO FRIO	Exercício: 2021						
CHECKLIST								
SUB CONTAS	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (Prestação de Contas de Governo Municipal nos termos da Deliberação TCE/RJ n.º 285/18)							
CSC MUNICIPAL	Elementos que constituem a Prestação de Contas de Governo do Município, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/00 (LRF) e Deliberações TCE/RJ n.ºs 248/08, 261/14, 265/16, 271/17, 281/17, 285/18, 325/21 e 328/21							
Elementos		Apresentação						
		S	N	P	N/A	Pç	Fls	Observação
Relação contendo os cancelamentos de passivos financeiros da parcela referente às demais despesas - 30% do FUNDEB (Restos a Pagar, Consignações e outros passivos) efetuados no exercício de <u>2021</u> , <u>separados e totalizados por exercício</u> .  Obs.: Caso não tenha sido efetuado qualquer cancelamento, encaminhar <u>declaração expressa da inexistência de cancelamentos</u> .		X				74 e 75	01/03 (pç. 74) e 01 (pç. 75)	Peça 74 - Cancelamento Fundeb 40%; Peça 75 - Declaração.
Relação contendo os cancelamentos de passivos financeiros referentes à remuneração dos profissionais da Educação - 70% do FUNDEB (Restos a Pagar, Consignações e outros passivos) efetuados no exercício de <u>2021</u> , <u>separados e totalizados por exercício</u> .  Obs.: Caso não tenha sido efetuado qualquer cancelamento, encaminhar <u>declaração expressa da inexistência de cancelamentos</u> .		X				76 e 77	01 (pç. 76) e 01 (pç. 77)	
Parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, a propósito da repartição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB, abrangendo todo o exercício de 2021 (parágrafo único do artigo 31 da Lei n.º 14.113/20).		X				78	01/05	
Despesas com Saúde								
Total das despesas realizadas em ações e serviços públicos de SAÚDE – ASPS (Função 10), independente da fonte de recurso, segregadas em despesas EMPENHADAS, LIQUIDADAS e PAGAS, nos moldes do Modelo 15, da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18, acompanhado da documentação contábil comprobatória.  Obs.: Atentar que o total do Demonstrativo, referente às despesas EMPENHADAS, deve guardar paridade com o total evidenciado nos demonstrativos contábeis, mais especificamente o Anexo 08 Consolidado – "Demonstrativo da Despesa por funções, programas e subprogramas conforme o vínculo com os recursos" da Função 10.				X		80 e 120	01/02 (pç. 80) e 114/115 (pç. 120)	Ausência de documentação comprobatória;  Total da despesa empenhada do Demonstrativo (R\$330.407.408,95) diverge do Anexo 8 Consolidado (R\$331.000.763,10), indicando que foram lançadas apenas as despesas do FMS.
Total das despesas realizadas na SAÚDE (Função 10), por fonte de recurso, EMPENHADAS, LIQUIDADAS e PAGAS, nos moldes do Modelo 16, da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18, acompanhado da documentação contábil comprobatória.				X		120	116/117	
Balancete Contábil de verificação, nos moldes do Modelo 17, da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18, demonstrando a disponibilidade financeira e as obrigações do Fundo Municipal de Saúde - FMS, na fonte de recurso: IMPOSTOS e TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS.				X		82	01	Disponibilidades de R\$11.547.718,80 apesar de compatíveis com as conciliações, envolvem outros recursos além dos de impostos e transferências de impostos.
Documentação comprobatória do Balancete Contábil (Modelo 17), das contas de impostos e transferências de impostos:								
- Conciliações bancárias das contas de impostos e transferências de impostos em 31/12/2021;				X		83	01/24	Foram incluídos conciliações e extratos referentes a contas bancárias de outros recursos que não os ordinários (fonte 0) e ordinários da saúde (fonte 300).
- Extratos bancários das contas de impostos e transferências de impostos, referentes ao mês de dezembro de 2021.				X		84	01/30	
- Relação de Restos a Pagar (Processados e Não Processados), das contas de impostos e transferências de impostos existentes em 31/12/2021.		X				85	01/06	
- Relação das Consignações/DDO e outros passivos financeiros das contas de impostos e transferências de impostos, existentes em 31/12/2021.		X				86	01/04	
Atas das Audiências Públicas realizadas nos meses de fevereiro/2021 (referente ao 3º quadrimestre de 2020), maio/2021 (referente ao 1º quadrimestre de 2021) e setembro/2021 (referente ao 2º quadrimestre de 2021), nas quais foram apresentados, pelo gestor do SUS, Relatórios detalhados referentes ao quadrimestre anterior, conforme determina o § 5º e caput do artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12.			X					
Comprovantes dos chamamentos para a participação nas Audiências Públicas relativas à Saúde (Lei Complementar Federal n.º 141/12).			X					
Parecer do Conselho Municipal de Saúde quanto à fiscalização da aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, abrangendo todo o exercício de 2021, na forma do § 3º, artigo 77 do ADCT c/c o § 3º, artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12.				X		89	01/02	Consta apenas o documento relacionado ao 1º quadrimestre de 2021, porém o Conselho informa que não teve acesso à prestação de contas, não tendo condições de emitir o parecer.
Relação contendo os cancelamentos de Restos a Pagar da Função 10 – Saúde, da fonte de recursos IMPOSTOS e TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS, realizados no exercício de 2021, relativos aos exercícios de 2020 e anteriores, <u>separados e totalizados por exercício</u> .  Obs.: Caso não tenha sido realizado qualquer cancelamento relativo a restos a pagar, no exercício de 2021, da fonte IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS, encaminhar <u>declaração expressa da inexistência do mesmo</u> .		X				87 e 88	01/08 (pç. 87) e 01/02 (pç. 88).	
Royalties								
Total das despesas EMPENHADAS, LIQUIDADAS e PAGAS no exercício de 2021, por Grupo de Natureza de Despesa - GND na Fonte de Recurso dos Royalties, nos moldes do Modelo 19, da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.				X		99 e 120	01/32 (pç. 99) e 129 (pç. 120)	Despesas totais dos modelos 19 e 20 estão incompatíveis.



TCE	Município: CABO FRIO	Exercício: 2021						
SUB CONTAS	CHECKLIST							
CSC MUNICIPAL	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL (Prestação de Contas de Governo Municipal nos termos da Deliberação TCE/RJ n.º 285/18)							
Elementos que constituem a Prestação de Contas de Governo do Município, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/00 (LRF) e Deliberações TCE/RJ n.ºs 248/08, 261/14, 265/16, 271/17, 281/17, 285/18, 325/21 e 328/21								
Elementos		Apresentação						
		S	N	P	N/A	Pç	Fls	Observação
Demonstrativo extraído do Sistema Contábil do Município informando o montante dos recursos financeiros dos Royalties repassados ao RPPS para capitalização do Instituto, ou declaração de não ocorrência.		X				115	01	
Total das despesas EMPENHADAS, LIQUIDADAS e PAGAS no exercício de 2021 por FUNÇÃO, custeadas com Royalties, nos moldes do Modelo 20, da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.						100 e 120	01/06 (pç. 100) e 131/133 (pç. 120)	Despesas totais dos modelos 19 e 20 estão incompatíveis.
Atentar que o total das despesas empenhadas informado por grupo de natureza (Modelo 19) e por função de governo (Modelo 20) referentes aos royalties deve guardar paridade entre si.				X				
Demonstrativo extraído do Sistema Contábil do Município informando os valores recebidos a título de Royalties do Petróleo previsto na Lei n.º 12.858/13 (recursos do Pré-Sal) e sua respectiva aplicação nas áreas de Educação e Saúde, nos moldes do Modelo 21, da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.		X				101 e 120	01/07 (pç. 101) e 135 (pç. 120)	APLICAÇÃO FINANCEIRA = R\$94.687,60 (Anexo 10 - fls. 09/10, pç. 17)
Repasse Financeiro à Câmara Municipal								
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada CONSOLIDADO, referente ao exercício de 2020 - ANEXO 10 da Lei Federal n.º 4.320/64, conforme artigo 101 do mesmo diploma legal.		X				105	01/24	
Comprovante de devolução da sobra financeira efetuada pela Câmara Municipal à Prefeitura, relativa ao orçamento de 2021, ou declaração de não ocorrência.		X				106	01/02	
Relatório de Atividades Tributárias								
Relatório contendo as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, conforme disposto no artigo 58 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.		X				90	01/08	
Contribuições dos Servidores e Patronal ao RPPS								
Demonstrativo das contribuições (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, CONSOLIDADO (somente as Unidades Gestoras do Poder Executivo), nos moldes do Modelo 23, da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.				X		116	01 (pç. 116) e 137/138 (pç. 120)	Declaração da não-ocorrência de repasses de royalties para capitalização RPPS - fl. 01 (pç. 115). Não preenchido no e-TCERJ os valores de competência do exercício em referência repassado em outras datas do exercício seguinte.
Contribuições dos Servidores e Patronal ao RGPS								
Demonstrativo das contribuições (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RGPS no exercício, CONSOLIDADO (somente as Unidades Gestoras do Poder Executivo), nos moldes do Modelo 24 da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.				X		117 e 120	01/07 (pç. 117) e 140/141 (pç. 120)	Dados preenchidos no e-TCERJ indicam que incluem indevidamente informações do Legislativo e ainda que valores estão superiores ao somatório das unidades gestoras presentes nos quadros que foram enviados em PDF (pç. 117)
Acordos de Parcelamentos Previdenciários junto ao RPPS								
Demonstrativo evidenciando os termos de parcelamentos previdenciários junto ao RPPS, indicando a Lei autorizativa, o valor pactuado, o valor devido e o valor repassado no exercício, nos moldes do Modelo 26 da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18, elaborado pelo Órgão de previdência local.		X				119 e 120	01 (pç. 119) e 136 (pç. 120)	Declaração de inexistência.
Relatório de Avaliação Atuarial do RPPS								
Relatório de Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, tendo por base o último dia do exercício anterior ao qual se refere a prestação de contas, observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.		X				102	01/97	
Declaração subscrita pelo Chefe do Executivo Municipal informando, em caso de déficit atuarial, as medidas adotadas para o equacionamento do referido déficit, acompanhada da documentação comprobatória do plano de amortização e/ou segregação de massas, bem como de outras medidas adotadas.		X				103	01	
Declaração subscrita pelo Chefe do Executivo Municipal atestando que o órgão de previdência social do município custeia somente despesas com aposentadoria e pensão por morte, nos termos da Emenda Constitucional n.º 103/2019.		X				104	01	
Obs: Caso contrário, justifique e apresente as medidas adotadas para o cumprimento do referido dispositivo legal.								
Certificado de Validação								



TCE	Município: CABO FRIO	Exercício: 2021						
<b>CHECKLIST</b>								
SUB CONTAS	<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL</b> (Prestação de Contas de Governo Municipal nos termos da Deliberação TCE/RJ n.º 285/18)							
CSC MUNICIPAL	Elementos que constituem a Prestação de Contas de Governo do Município, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/00 (LRF) e Deliberações TCE/RJ n.ºs 248/08, 261/14, 265/16, 271/17, 281/17, 285/18, 325/21 e 328/21							
Elementos		Apresentação						
		S	N	P	N/A	Pç	Fls	Observação
Certificado de Validação de que trata o art. 2º da Deliberação TCE-RJ n.º 271/17, referente ao exercício de 2021, ano-base 2020.		X				110	01	
<b>Órgão de Controle Interno</b>								
Relatório do Órgão Central do Controle Interno do Poder Executivo, (Incisos I e II do artigo 74 da Constituição Federal/88), contendo as informações constantes do Anexo da Deliberação TCE-RJ n.º 118 (itens (a) até (f)).		X				107	01/30	
Certificado de Auditoria elaborado pelo Órgão de Controle Interno, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis, conforme disposto no Anexo da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.		X				108	01/02	
Informações acerca das providências adotadas para cumprimento das determinações deste Tribunal contidas no relatório da última Prestação de Contas de Governo do Município apreciada pelo Tribunal, nos moldes do Modelo 22, da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.		X				109	01/02	
<b>Gestão do Crédito Tributário Inadimplido e Estoque da Dívida Ativa Tributária do Município</b>								
Relatório elaborado pelos gestores competentes e assinado pelo Prefeito, nos moldes do Modelo 25, informando as medidas tomadas para o saneamento das irregularidades apontadas no relatório da auditoria realizada no período 2018/2019, que teve como objetivo verificar as questões relativas à gestão do crédito tributário inadimplido e do estoque da dívida ativa tributária do município, conforme descrito no tópico 5.1.5.1 do Relatório de Prestação de Contas de Governo referente ao exercício de 2018.		X				111	01/03	
<b>Contratos de Concessão ou Permissão de Serviços Públicos e/ou Parceria Público Privada</b>								
Lista de contratos em vigor, relativos a concessão ou permissão de serviços públicos (Lei n.º 8.987/95) e/ou Parceria Público-Privada (Lei n.º 11.079/04), nos moldes do Modelo 27, da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.				X		112	01	Não contém todos os códigos de cadastro no Sigfis.
<b>Outros Documentos - Art. 4º da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18</b>								
Documentação que comprove o valor recebido pelo município a título de Fundeb da complementação da União – VAAT no exercício de 2021;			X					
Documentação que comprove o valor recebido pelo município a título de Fundeb da complementação da União – VAAF no exercício de 2021;			X					
Documentação que comprove a receita obtida mediante os rendimentos de aplicação financeira a título de Fundeb da complementação da União – VAAT no exercício de 2021			X					
Documentação que comprove a receita obtida mediante os rendimentos de aplicação financeira a título de Fundeb da complementação da União – VAAF no exercício de 2021;			X					
Documentação que comprove o valor aplicado pelo município (despesas empenhadas) em despesas de capital com a complementação da União – VAAT no exercício de 2021;			X					
Documentação que comprove o valor aplicado pelo município (despesas empenhadas) em Educação Infantil com a complementação da União – VAAT no exercício de 2021;			X					
Realizado por: JOSE ROBERTO GOMES DE SOUSA								
Matr. 02/3557								
Data: 22/04/2022								

Legenda:  
S - Sim  
N - Não  
P - Parcial  
N/A - Não Aplicável  
Fls. - n.º das Folhas

OFÍCIO PRS/SSE/CGC 27216/2022

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2022.

Senhor Presidente,

Comunico a V.Ex.<sup>a</sup> que, em sessão do Plenário de 05/10/2022, de acordo com o Acórdão proferido, conforme decisão do Relator Conselheiro Substituto Marcelo Verdini Maia, comunico o **parecer prévio favorável com determinação(ões), recomendação(ões), ressalva(s)** sobre as contas de Governo do Chefe do Poder Executivo desse Município, referentes ao **exercício de 2021**, com o registro de que a íntegra dos autos encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Corte de Contas.

Atenciosamente,

**PAULO ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA**  
**Substituto Eventual do Subsecretário das Sessões**  
ASSINADO DIGITALMENTE

OBSERVAÇÕES:

- i. visualização do inteiro teor dos autos disponível em: <https://www.tcerj.tc.br/consulta-processo/Processo>
- ii. no caso de indisponibilidade de visualização do inteiro teor por meio do sítio eletrônico a vista processual poderá ser solicitada na Coordenadoria de Prazos e Diligências – CPR ([cpr@tcerj.tc.br](mailto:cpr@tcerj.tc.br)), localizada na Praça da República, 70, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ, nos dias úteis, das 10 às 17 horas.



**EXMO. SR.**  
**Miguel Fornaciari Alencar**  
**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO**  
AVENIDA ASSUNÇÃO, 760  
CENTRO - CABO FRIO/RJ CEP 28.906-200  
REF.PROC.TCE/RJ 208.708-6/2022  
OFÍCIO SSE/CGC 27216/2022  
**02/004743 OF099**



## ACORDÃO Nº 154388/2022-PLEN

1 PROCESSO: 208708-6/2022

2 NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL

3 INTERESSADO: JOSÉ BONIFÁCIO FERREIRA NOVELLINO

4 UNIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

5 RELATOR: MARCELO VERDINI MAIA

6 REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: HENRIQUE CUNHA DE LIMA

7 ÓRGÃO DECISÓRIO: PLENÁRIO

8 ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sessão do PLENÁRIO, por unanimidade, por EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL com RESSALVA, DETERMINAÇÃO, RECOMENDAÇÃO, COMUNICAÇÃO e ARQUIVAMENTO, nos exatos termos do voto do relator.

9 ATA Nº: 35

10 DATA DA SESSÃO: 5 de outubro de 2022

**Marcelo Verdini Maia**

Relator

**Rodrigo Melo do Nascimento**

Presidente

Fui presente,

**Henrique Cunha de Lima**

Procurador-Geral de Contas



Assinado Digitalmente por: HENRIQUE CUNHA DE LIMA  
Data: 2022.10.11 21:57:22 -03:00  
Razão: Acórdão do Processo 208708-6/2022. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: f9dc2e60-1dcd-405d-90d1-87cd9da6a219  
Local: TCERJ

Assinado Digitalmente por: RODRIGO MELO DO NASCIMENTO  
Data: 2022.10.10 16:31:36 -03:00  
Razão: Acórdão do Processo 208708-6/2022. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: f9dc2e60-1dcd-405d-90d1-87cd9da6a219  
Local: TCERJ

Assinado Digitalmente por: MARCELO VERDINI MAIA  
Data: 2022.10.07 13:42:36 -03:00  
Razão: Acórdão do Processo 208708-6/2022. Para verificar a autenticidade acesse <https://www.tcerj.tc.br/valida/>. Código: f9dc2e60-1dcd-405d-90d1-87cd9da6a219  
Local: TCERJ



**PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL**

**CABO FRIO**

---

**EXERCÍCIO DE 2021**

**RELATOR CONSELHEIRO-SUBSTITUTO MARCELO VERDINI MAIA**



PROCESSO TCE-RJ Nº 208.708-6/22

ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO - 2021

RESPONSÁVEL: SR. JOSÉ BONIFÁCIO FERREIRA NOVELLINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO. PRESTAÇÃO DE  
CONTAS DE GOVERNO. EXERCÍCIO DE 2021.

VERIFICAÇÃO INICIAL, POR PARTE DAS INSTÂNCIAS  
INSTRUTIVAS, DA OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES.  
SUGESTÃO PRELIMINAR DE EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO  
CONTRÁRIO.

COMUNICAÇÃO NOS MOLDES DO ART. 45, §§1º E 2º, DO  
REGIMENTO INTERNO. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E  
ESCLARECIMENTOS POR PARTE DO RESPONSÁVEL.

RAZÕES APRESENTADAS CAPAZES DE AFASTAR AS  
IRREGULARIDADES INICIALMENTE APONTADAS, QUE SE  
REFERIAM AO PAGAMENTO, À CONTA DE RECURSOS DAS  
PARCELAS DE *ROYALTIES* DA PRODUÇÃO, DE DESPESAS COM  
DÍVIDA VEDADAS PELA LEGISLAÇÃO E À AUSÊNCIA DE  
TRANSFERÊNCIA INTEGRAL DAS CONTRIBUIÇÕES  
PREVIDENCIÁRIAS DEVIDA PELOS SERVIDORES E PATRONAL  
AO RPPS.

EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO  
DAS CONTAS COM RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E  
RECOMENDAÇÃO. COMUNICAÇÃO AO ATUAL RESPONSÁVEL  
PELO CONTROLE INTERNO MUNICIPAL. COMUNICAÇÃO AO  
ATUAL PREFEITO. COMUNICAÇÃO AO ATUAL PRESIDENTE DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO. COMUNICAÇÃO AO  
MINISTÉRIO DA SAÚDE. COMUNICAÇÃO À STN.  
DETERMINAÇÃO À SGE. ARQUIVAMENTO.

Versam os autos sobre processo da Prestação de Contas de Governo do chefe do Poder Executivo do Município de Cabo Frio, que abrange as contas do Poder Executivo, relativa ao exercício de 2021, sob a responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal, **Sr. José Bonifácio Ferreira Novellino**, pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021, ora submetida à análise desta Corte para emissão de parecer prévio, conforme o disposto no inciso I do artigo 125 da Constituição Estadual.

Em consulta ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos - SCAP, constata-se que a prestação de contas deu entrada neste Tribunal em 01/04/2022, encaminhada em meio eletrônico, conforme o disposto no art. 3º da Deliberação TCE-RJ n.º 285/2018. Dessa forma, considerando que o envio ocorreu no interregno de 60 dias a contar da abertura da sessão legislativa (01/02/2021), sua remessa foi tempestiva, considerando o disposto no art. 6º da referida Deliberação, alterado pela Deliberação TCE-RJ n.º 325/21.

Inicialmente, o Corpo Instrutivo, por meio da Coordenadoria Setorial de Contas de Governo Municipal – CSC-MUNICIPAL, procedeu a uma análise detalhada de toda a documentação encaminhada, conforme informação de 28/07/2022. Em sua conclusão preliminar, sugeriu a emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas do Chefe do Poder Executivo de Cabo Frio, com **impropriedades, determinações, recomendação:**

**IRREGULARIDADE N.º 01**

Foi constatado o pagamento de despesas com dívida à conta de recursos das parcelas de *royalties* da produção, não excetuadas pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13, resultando em despesas vedadas pelo artigo 8º da Lei Federal N.º 7.990/89.

[...]

**IRREGULARIDADE N.º 02**

O Município não realizou integralmente a transferência das contribuições previdenciárias devida pelos servidores e patronal ao RPPS, concorrendo para o não atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime, em desacordo com os preceitos estabelecidos no artigo 1º, inciso II da Lei Federal N.º 9.717/98.

A instrução especializada sugere também comunicações aos atuais Prefeito e responsável pelo controle interno, bem como expedição de ofício aos Chefes do Poder Executivo e Legislativo do Município, Ministério Público, Ministério da Saúde e Secretaria do Tesouro Nacional.

A Subsecretaria de Controle de Contas e Gestão Fiscal – SUB CONTAS e a Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE concordam com a proposição manifestada pela instância técnica.

Em parecer de 11/08/2022, o Ministério Público de Contas junto a este Tribunal, representado pelo Procurador-Geral, Dr. Henrique Cunha de Lima, corroborou com a emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas, em razão das irregularidades e determinações



apontadas pelo corpo instrutivo, introduzindo em seu parecer, contudo, acréscimos, observações, modificações e supressões à instrução.

Ressalte-se que, por meio de decisão monocrática proferida em 17/08/2022, foi aberto prazo para vista dos autos e apresentação de manifestação escrita por parte do responsável, caso este assim entendesse necessário, em cumprimento ao art. 45, § 1º do Regimento Interno desta Corte.

Em atenção à citada decisão o responsável encaminhou tempestivamente elementos que deram origem ao Doc. TCE-RJ 019.533-2/22.

Em nova manifestação, de 12/09/2022, o Corpo Instrutivo considerou satisfatoriamente afastadas as irregularidades apontadas e sugeriu a emissão de **parecer prévio favorável**.

O Ministério Público de Contas, por sua vez, em 14/09/2022, concordou com o afastamento das irregularidades sugerido pela instância técnica e, ao final, também propõe a emissão de **parecer prévio favorável**.

Conclusos os autos ao gabinete, houve a publicação de pauta especial no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nos moldes preconizados pelo art. 123, §3º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

**É O RELATÓRIO.**

#### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

No Brasil, o controle da gestão pública ostenta *status* constitucional e é apresentado em três planos distintos: o interno, no âmbito de cada órgão ou instituição; o externo, exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas; e o social, pela sociedade em geral.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro representa um fundamental instrumento de controle externo e técnico sobre a gestão pública. Por meio das diversas funções atribuídas, essa Corte atua com o escopo de permitir o contínuo aperfeiçoamento e a modernização do planejamento e da execução das ações estatais, com vistas a implementar medidas que, em última análise, incrementem a qualidade de vida da população.

Dentre os diversos mecanismos de que o Tribunal de Contas dispõe para fiscalizar a Administração do Estado está a emissão de parecer prévio na prestação de contas anual de governo.

A prestação de contas, genericamente considerada, exsurge da natural responsabilidade daquele que administra coisa de outrem. Esse dever de prestar contas é ainda mais manifesto quando se está diante da administração de recursos públicos, que envolve vultosas quantias de indetermináveis pessoas. A prestação de contas é o meio pelo qual o povo, enquanto verdadeiro

titular da coisa pública, pode acompanhar e exercer seu controle social sobre a gestão pública. Nesse contexto, a prestação de contas revela-se como imperativo decorrente do exercício de função pública, conforme explicita o art. 70, parágrafo único, da Constituição da República:

Art. 70. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Na prestação de contas anual de governo que é apresentado e examinado o desempenho geral das contas públicas no exercício financeiro. Tal análise se dá de forma macroscópica, com fulcro no exame da conduta do administrador no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas idealizadas na concepção das leis orçamentárias.

Definido o objeto da presente prestação de contas governo, notadamente uma visão geral acerca dos resultados obtidos pelo Município no exercício de 2020, cabe esclarecer que a análise empreendida por este Tribunal de Contas culmina em parecer prévio, técnico e imparcial, que posteriormente será direcionado à Câmara Municipal para fins de julgamento político e definitivo.

Com enfoque propriamente na prestação de contas do exercício de 2021 e com base nos elementos trazidos aos autos, complementados pelas conclusões do Corpo Instrutivo e do Ministério Público de Contas, que podem ser considerados parte integrante deste voto naquilo que com este não conflite, passa-se a destacar os principais aspectos pertinentes à presente Prestação de Contas do Governo Municipal de Cabo Frio, que embasarão a emissão de parecer prévio, que deve ser conclusivo de modo a oferecer à Casa Legislativa os elementos técnicos necessários para o julgamento das contas do Prefeito.

## **1. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E FISCAIS**

De acordo com o art. 101 da Lei Federal nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro<sup>1</sup>, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo seus Anexos e quadros demonstrativos. Além disso, compõe o rol de demonstrativos as Notas Explicativas, compreendendo a descrição sucinta das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Essas demonstrações possuem o propósito de representar, de maneira estruturada, a situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade, devendo proporcionar informações úteis para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*)

<sup>1</sup> No caso do Balanço Financeiro, muito embora não haja sua previsão nas NBC TSPs, o demonstrativo é de elaboração e publicação obrigatória por força da Lei Federal nº 4.320/64



da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, motivo pelo qual fazem parte documentos de encaminhamento obrigatório a esta Corte para fins de emissão de parecer prévio.

A padronização destes demonstrativos é atualmente atribuição da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, haja vista sua competência prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal no que tange à consolidação das contas públicas nacionais, bem como a competência estabelecida pela Lei no 10.180/2001 de órgão central do Sistema de Contabilidade e de Administração Financeira Federal.

Neste sentido, as atuais estruturas das demonstrações contábeis foram atualizadas pela Portaria STN nº 438/12, em consonância com os novos padrões de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Desta forma, além da Legislação supramencionada, os Demonstrativos Contábeis, também conhecidos como Demonstrações Financeiras, devem ser elaborados à luz do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) que, por sua vez, realizam sua abordagem à luz das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSPs) emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade<sup>2</sup>.

Já os demonstrativos fiscais permitem analisar opções de política fiscal, definir essas políticas e avaliar os seus impactos, bem como determinar o impacto sobre a economia e comparar os resultados fiscais nacional e internacionalmente. O foco é sobre a avaliação do impacto sobre a economia, no âmbito da estrutura conceitual das estatísticas macroeconômicas.

Em âmbito nacional, a LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e determina que os Entes nacional e subnacionais deverão elaborar e publicar o Anexo de Riscos Fiscais e o Anexo de Metas Fiscais. Ambos acompanham a Lei de Diretrizes Orçamentárias e contém a previsão fiscal para os diversos itens relacionados com as Estatísticas de Finanças Públicas (EFP).

Além disso, no intuito de assegurar a transparência<sup>3</sup> dos gastos públicos e o atingimento das metas fiscais pactuadas, são elaborados e publicados o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, em regra, com periodicidade bimestral e quadrimestral, respectivamente.

É por meio destes demonstrativos que se afere o cumprimento das metas fiscais destinadas a controlar o endividamento sustentável da máquina pública e a manutenção do equilíbrio fiscal por meio das metas e dos resultados primário e nominal, dos limites de operações de crédito e da dívida

<sup>2</sup> Notadamente, a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, e a NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis

<sup>3</sup> Neste sentido, dispõe a LRF em seu art.48 que são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

consolidada líquida. Além disso, é possível verificar os limites de gastos com pessoal, o cumprimento de aplicação mínima em saúde e educação, dentre outros.

Feita essa breve introdução, verifica-se que o Corpo Instrutivo acusa o recebimento das demonstrações contábeis consolidadas, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO referente ao 6º bimestre de 2021 e dos Relatórios de Gestão Fiscal dos 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2021, em consonância com o que dispõe a Lei Federal n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Não obstante, o *Parquet* Especial aponta a inexistência da devida transparência à documentação constitutiva das Prestações de Contas de Governo referentes ao exercício de 2021, em desacordo com artigo 126 da Constituição Estadual e na forma do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00, nos seguintes termos:

Em consulta ao sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Cabo Frio (<https://CaboFrio.rj.gov.br>) constatou-se que a documentação constitutiva das prestações de contas anuais do Chefe do Poder Executivo (Contas de Governo) não se encontra disponível para consulta no portal da transparência.

No ícone denominado de “PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO”, constante no portal da transparência, são disponibilizados apenas o relatório analítico e respectivo parecer prévio deste Tribunal emitidos para as contas de governo dos exercícios financeiros de 2012 a 2020:

Embora corrobore com entendimento nos termos propostos pelo Ministério Público Especial, percebe-se que a tese ora defendida pelo *Parquet* sofreu considerável mudança de interpretação em relação a seu posicionamento quando da análise de contas pretéritas<sup>4</sup>, no sentido de exigir a documentação constitutiva das prestações de contas de governo, independente da emissão ou não do parecer prévio emitido por esta Corte.

Em minha visão, tal tese ganha guarida à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe em seu art. 49 sobre a necessidade de que as contas apresentadas pelo poder executivo devem ficar disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo poder legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Além disso, ganha reforço na visão de Getúlio Sérgio do Amaral, segundo o qual a forma de controle prevista no art. 31 da Constituição Federal e, por simetria, no art. 126 da Constituição Estadual, deve se dar da seguinte maneira<sup>5</sup>:

**Primeiramente**, o controle externo é efetuado pela própria população, mediante o exame direto das contas, que ficam durante sessenta dias à disposição de qualquer contribuinte, para o seu exame e apreciação, podendo ser questionada

<sup>4</sup> Vide, por exemplo, Processo TCE-RJ nº 207.528-5/21 referente à Prestação de Contas de Governo do município de Varre Sai.

<sup>5</sup> AMARAL, Getúlio Sérgio do. Direito à defesa do prefeito nos julgamentos das contas municipais: aplicabilidade do devido processo legal e da ampla defesa aos julgamentos das contas do administrador municipal pela Câmara Municipal: doutrina, jurisprudência e legislação. Belo Horizonte: Inédita, 2000; p. 22



a sua legitimidade tanto administrativa como judicialmente, neste último, pela ação popular; o outro nível de controle é realizado pelo Tribunal de Contas do Estado, mediante a emissão de parecer prévio, que poderá considerar as contas regulares, parcialmente regulares ou irregulares; e, por último, exsurge através do julgamento das contas municipais, realizado pela Câmara local, que poderá acatar o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal”.

Diante de tais fatos, a consulta realizada no Portal da Prefeitura de Cabo Frio demonstra que se encontram presentes a prestação de contas e o parecer prévio emitido por esta Corte até o exercício de 2020, o que coaduna com entendimento até então defendido pelo Ministério Público de Contas.

Dessa forma, acolho parcialmente a proposição do Ministério Público de Contas para, em que pese não caracterizar, nesse exercício, o fato como ressalva, **comunicar** o atual prefeito para que, a partir das próximas contas de governo apresentadas, a documentação constitutiva das prestações de contas anuais do Chefe do Poder Executivo (Contas de Governo) seja disponibilizada para consulta em seu portal da transparência tão logo sejam apresentadas para fins de apreciação a esta Corte, em cumprimento ao disposto no art. 126 da Constituição Estadual, bem como aos art. 48 e 49 da Lei Complementar nº 101/00.

## **2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **2.1 INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

No ordenamento jurídico brasileiro, em respeito ao princípio da legalidade sob a ótica da administração pública<sup>6</sup>, os Instrumentos de Planejamento e Orçamento são constituídos por leis de iniciativa privativa e indelegável do chefe do Poder Executivo<sup>7</sup> que, por sua vez, dão origem, em cada ente, ao Plano Plurianual – PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e à Lei Orçamentária Anual – LOA, esta última considerada o orçamento propriamente dito.

Com base nos documentos encaminhados, observa-se que o município, além de respeitar os art. 37 e 84, XXIII, ambos da Constituição Federal, teve seu orçamento geral aprovado com receitas estimadas (previstas) no montante de R\$ 883.464.944,16 e despesas fixadas em igual valor.

### **2.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

No decorrer do exercício, a LOA está sujeita a ajustes mediante créditos adicionais, que podem ser especiais (despesa não consignada inicialmente na LOA), suplementares (atender despesa insuficientemente dotada na LOA) ou extraordinários (atender despesas urgentes e imprevisíveis),

<sup>6</sup> Art. 37 da CF/88

<sup>7</sup> Ar. 84, XXIII e parágrafo único da CF/88

bem como mediante outras alterações, como a troca da fonte de recurso ou alteração na modalidade de aplicação, realizadas por meio de remanejamentos, transposições e transferências.

De forma resumida, ocorreram as seguintes alterações orçamentárias em razão da abertura de créditos adicionais, as quais **guardam paridade** com o anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64:

DEMONSTRATIVO RESUMIDO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	
Descrição	Valor (R\$)
(A) Orçamento inicial	883.464.944,16
(B) Alterações:	652.005.447,48
Créditos extraordinários 0,00	
Créditos suplementares 649.970.947,48	
Créditos especiais 2.034.500,00	
(C) Anulações de dotações	327.741.253,65
(D) Orçamento final apurado (A + B - C)	1.207.729.137,99
(E) Orçamento registrado no comparativo da despesa autorizada com a realizada consolidado – Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64	1.207.729.137,99
(F) Divergência entre o orçamento apurado e os registros contábeis (D - E)	0,00

Fonte: Relação de Créditos Adicionais, Modelos 3 e 4 – Peça 179 (fls. 14/33), e Anexo 11 Consolidado da Lei n.º 4.320/64, Peça 18.

No que tange a alterações orçamentárias autorizadas na própria Lei Orçamentária, o artigo 4º da LOA instituída pelo município autorizou o Poder Executivo a abrir créditos suplementares, com a finalidade de atender a insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento) das despesas fixadas no orçamento, respeitando a base de cálculo e as fontes dispostas na referida lei, culminando no montante autorizado de R\$ 88.346.494,42.

A Lei Orçamentária, em seu art. 5º, também estabeleceu exceções ao limite autorizado, o que foi apurado em documento próprio acostado aos autos do presente.

Da análise da relação dos créditos adicionais apresentada pelo município para os fins de que tratam o presente tópico e das regras contidas na Lei de Orçamento do ente, conclui-se que a abertura de créditos adicionais se encontra **dentro do limite estabelecido na LOA**, em obediência ao preceituado no inciso V do art. 167 da Constituição Federal.

No que concerne aos créditos adicionais abertos em face de autorizações em leis específicas, verifica-se que **o município efetuou a abertura desses créditos dentro dos limites estabelecidos** nas respectivas leis autorizativas, **em observância** ao preceituado no inciso V do artigo 167 da Constituição Federal.

É possível também inferir dos autos que não houve abertura de créditos adicionais extraordinários por parte do município para o exercício em análise.

## 2.3 FONTES DE RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS



Para a verificação da existência de fontes de recursos para suportar os créditos adicionais abertos, bem como se o gestor adotou as medidas necessárias à preservação do equilíbrio do exercício, o Corpo Instrutivo demonstrou o resultado entre receitas e despesas apresentado ao final do exercício, já considerando todos os recursos disponíveis, inclusive o superávit financeiro do exercício anterior, e todas as despesas realizadas, inclusive aquelas efetuadas por meio da abertura de créditos adicionais:

RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO (EXCETO RPPS)	
Natureza	Valor - R\$
I - Superávit do exercício anterior	150.860.984,13
II - Receitas arrecadadas	1.108.297.785,85
<b>III - Total das receitas disponíveis (I+II)</b>	<b>1.259.158.769,98</b>
IV - Despesas empenhadas	962.621.791,18
V - Aporte financeiro (extraorçamentário) ao instituto de previdência	50.244.260,94
<b>VI - Total das despesas realizadas (IV+V)</b>	<b>1.012.866.052,12</b>
<b>VII - Resultado alcançado (III-VI)</b>	<b>246.292.717,86</b>

**Fonte:** Prestação de Contas de Governo do exercício anterior, Processo TCE-RJ n.º 213.068-9/21; Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 17, e Anexo 11 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 18, Anexo 12 do RPPS da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 53, e Balanço Financeiro do RPPS – Peça 54.

**Nota 1:** no resultado alcançado são consideradas as receitas arrecadadas e despesas empenhadas (excluída a movimentação orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), bem como os repasses financeiros (extraorçamentários) transferidos para o Instituto com vistas à cobertura de déficit financeiro.

**Nota 2:** superávit do exercício anterior excluídos os resultados do RPPS e Legislativo.

Conforme se observa, o **resultado positivo** registrado pelo município demonstra que o gestor adotou as medidas necessárias à preservação do equilíbrio orçamentário no exercício, cumprindo as determinações legais pertinentes, motivo pelo qual a análise individual de cada fonte de recurso indicada nos referidos créditos será dispensada.

### **3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

#### **3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

O comportamento da arrecadação municipal no exercício de 2021, em comparação à previsão inicial, resultou em um **excesso de arrecadação** no valor de **R\$ 288.153.434,56**, o que **guarda paridade** com as informações constantes no Balanço Orçamentário Consolidado.

Ressalta-se que as receitas diretamente arrecadadas em razão da competência tributária do ente representam **18,07%** do total da receita corrente realizada em 2021, excluídas as da unidade gestora responsável pelo RPPS, o que ratifica a informação prestada pelo município no sentido de que adotou providências no âmbito da fiscalização das receitas e no combate à sonegação.

A título comparativo, a Especializada aponta que o ente apresentou arrecadação *per capita* de R\$ 4.707,49 por habitante, ocupando a 59ª posição dentre os 91 municípios jurisdicionados a este Tribunal, tomando-se por base as receitas arrecadadas no exercício anterior.

Já a execução orçamentária da despesa apresentou uma **economia orçamentária** no valor de **R\$ 156.736.338,81**, sendo executado 88,25% a título de despesas correntes e 11,75% referentes a despesas de capital.

Com isso, a análise da execução orçamentária do exercício, já excluídos os montantes relativos ao Regime Próprio de Previdência Social, é apresentada no quadro a seguir:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			
Natureza	Consolidado	Regime próprio de previdência	Valor sem o RPPS
Receitas Arrecadadas	1.171.618.378,93	63.320.593,08	1.108.297.785,85
Despesas Realizadas	1.050.992.799,18	88.371.007,98	962.621.791,20
<b>Superávit</b>	<b>120.625.579,75</b>	<b>-25.050.414,90</b>	<b>145.675.994,65</b>

Fonte: Anexo 10 Consolidado – Peça 17, Balanço Orçamentário Consolidado – Peça 134, e Balanço Orçamentário do RPPS – Peça 53.

Ao que se observa, o município apresentou **resultado superavitário**.

### 3.2 RESULTADO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

O resultado financeiro é a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, de modo que pode ser superavitário ou deficitário. Com isso, ao mesmo tempo em que se pode averiguar se o gestor manteve, durante o exercício, o equilíbrio entre receita arrecadada e a despesa realizada, nos moldes do art. 48 da Lei Federal nº 4.320/64, é possível também valorar o crescimento da dívida flutuante do ente e, aplicando a proporcionalidade, verificar também se o princípio do equilíbrio nos moldes da LRF vem sendo respeitado.

Tal apuração é demonstrada adiante:

**Tabela 1 - Apuração do Superávit/Déficit Financeiro**

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO				
Descrição	Consolidado (A)	Regime Próprio de Previdência (B)	Câmara Municipal (C)	Valor considerado (E) = (A-B-C-D)
Ativo financeiro	642.877.918,27	29.925.730,57	0,00	612.952.187,70
Passivo financeiro	522.455.782,90	30.332.705,62	0,00	492.123.077,28
<b>Superávit Financeiro</b>	<b>120.422.135,37</b>	<b>-406.975,05</b>	<b>0,00</b>	<b>120.829.110,42</b>

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado – Peça 137, Balanço Patrimonial do RPPS – Peça 55, e Balanço Patrimonial da Câmara – Peça 35.

**Nota 1:** No último ano do mandato serão considerados na apuração do superávit/déficit financeiro eventuais ajustes, tais como, anulação de despesas e cancelamento de restos a pagar indevidos, bem como dívidas firmadas nos dois últimos quadrimestres. Tais ajustes são necessários à avaliação das normas estabelecidas pela LRF ao final do mandato, com destaque para o artigo 1º c/c o artigo 42, em conformidade com as análises realizadas por este Tribunal nas prestações de contas de término de gestão relativas aos exercícios de 2008, 2012, 2016 e 2020.

**Nota 2:** Foi considerado no Ativo Financeiro Consolidado o valor registrado na conta Caixa e Equivalente de Caixa (R\$ 594.388.524,36), Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (R\$ 20.598.668,85) e Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo (R\$ 27.890.725,06) do Balanço Patrimonial Consolidado.

**Nota 3:** Foi considerado no Passivo Financeiro do Regime Próprio de Previdência o somatório dos valores registrados como RPP do BO, RPs inscritos no BF e demais obrigações registradas no DDF (R\$ 1.056.378,77 + R\$ 16.798,64 + R\$ 87.961,57 + R\$ 1.070.207,03 + R\$ 28.101.359,51 = R\$ 30.332.705,52)



Verifica-se a partir da tabela acima que a administração municipal apresentou um **superávit financeiro**, não considerados os valores relativos ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e à Câmara Municipal, no que se conclui que o município, além de ter respeitado o disposto no art. 48 da Lei Federal 4.320/64, alcançou o equilíbrio financeiro necessário ao atendimento do § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

### **3.3. RESULTADO PATRIMONIAL**

No exercício de 2021, o confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, que se configuram em receitas e despesas sob o aspecto patrimonial e, portanto, apuradas pelo regime de competência, demonstram que o município apresentou resultado patrimonial **deficitário** de R\$ 106.218.536,32.

A especializada aponta ainda uma distorção de R\$ 13.862.508,06 entre a situação patrimonial líquida apresentada e apurada. Tal fato será objeto de **ressalva e determinação**.

## **4. ASPECTOS RELACIONADOS À RESPONSABILIDADE DA GESTÃO FISCAL**

### **4.1. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), a Receita Corrente Líquida possui como objetivo principal servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação. Os limites foram estabelecidos em parte pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em parte por Resoluções do Senado Federal.

A Receita Corrente Líquida – RCL constitui a base de cálculo para a apuração dos limites legais de endividamento e gastos com pessoal. No quadro a seguir, registram-se os valores extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF, referentes aos períodos de apuração dos limites:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL				
Descrição	2020	2021		
		1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Valor - R\$	845.410.038,00	896.422.244,52	1.013.034.633,10	1.103.296.884,20

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2020, Processo n.º 213.032-0/21 e Processos TCE-RJ n.ºs 219.596-8,21, 239.951-6/21 e 203.819-6/22 – Relatórios de Gestão Fiscal do exercício.

Adicionalmente, considerando preocupação já exposta pela STN por meio da Nota Técnica SEI nº 30805/2021/ME e por esta Corte de Contas<sup>8</sup>, faz-se pertinente recomendar que o Município

<sup>8</sup> Processo TCE-RJ nº 106.691-8/21

mantenha o controle do impacto da variação da RCL na redução do percentual excedente em cada exercício, principalmente em relação a eventuais receitas temporárias identificadas pelo Município.

#### 4.2. DÍVIDA PÚBLICA

De acordo com a Resolução n.º 40/01 do Senado Federal, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) dos Municípios não poderá exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida, sob pena de o ente ter que se sujeitar às disposições do art. 31<sup>º</sup> da Lei de Responsabilidade Fiscal. A situação do município é assim representada:

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
Especificação	2020	2021		
		1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Valor da dívida consolidada	448.308.840,80	744.976.689,90	735.096.882,80	642.009.616,20
Valor da dívida consolidada líquida	154.056.244,70	279.873.595,00	229.305.119,40	255.070.110,50
% da dívida consolidada líquida s/ a RCL	18,22%	31,22%	22,64%	23,12%

Fonte: Prestação de Contas de Governo do exercício anterior - Processo TCE-RJ n.º 213068-9/21, Processo n.º 213.032-0/21 e Processos TCE-RJ n.ºs 219.596-8/21, 239.951-6/21 e 203.819-6/22 – Relatórios de Gestão Fiscal do exercício.

O limite pra a dívida consolidada líquida, portanto, **foi respeitado**.

#### 4.3. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E GARANTIAS CONCEDIDAS

De acordo com o art. 167, inciso III, da Constituição Federal, é vedada, com algumas exceções, a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.

A Resolução n.º 43/01 do Senado Federal, por sua vez, determina que a contratação de operações de crédito interna e externa dos Municípios deverá respeitar os seguintes limites:

“Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão, ainda, os seguintes limites:

I - o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida, definida no art. 4º;

II - o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já

9 Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

I - estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvadas as para pagamento de dívidas mobiliárias;

II - obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

§ 2º Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.



contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida;

(...)"

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2021<sup>10</sup>, verifica-se que o município **não realizou** operações de crédito no período, bem como não realizou operações de crédito por antecipação de receita e não concedeu garantias em operações de crédito.

#### **4.4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

De acordo com o art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

O dispositivo em tela tem como objetivo evitar a dilapidação do patrimônio público, impedindo que o gestor utilize valores oriundos da alienação de ativos para cobrir despesas que deveriam ser suportadas por receitas correntes.

Em consulta ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2021<sup>11</sup>, verifica-se que o município **não realizou** a alienação de ativos no exercício em análise.

#### **4.5. DESPESA COM PESSOAL**

Nos termos do inciso III, *b*, do artigo 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 cc art. 169<sup>12</sup> da Constituição Federal, o limite para despesas com pessoal do Poder Executivo corresponde a 54% do valor da Receita Corrente Líquida – RCL.

A Emenda Constitucional n.º 109/2021 incluiu o termo “pensionistas” ao art. 169 da Carta Magna, com o objetivo de evitar divergências na interpretação entre a norma constitucional e o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal. O limite para a despesa com pessoal, portanto, abrange também as despesas com pensionistas, conforme preconizado no Manual de Demonstrativos Fiscais.

Também como inovação legislativa afeta à temática das despesas com pessoal, cabe citar a Lei Complementar n.º 178/2021 que, dentre outras ações, instituiu o regime especial de recondução ao limite legal, o que será abordado mais adiante.

O Município apresentou os seguintes percentuais de despesas com pessoal:

<sup>10</sup> Processo TCE-RJ n.º 203.819-6/22.

<sup>11</sup> Processo TCE-RJ n.º 203.821-9/22.

<sup>12</sup> Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL										
Descrição	2020				2021					
	1º quadr.	2º quadr.	3º quadrimestre		1º quadrimestre		2º quadrimestre		3º quadrimestre	
	%	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Poder Executivo	55,76%	59,12%	563.881.906	66,70%	527.546.232	58,85%	553.755.495	54,66%	596.754.354	54,09%

Fonte: Prestação de Contas de Governo do exercício anterior - Processo TCE-RJ n.º 213068-9/21 e Processos TCE-RJ n.ºs 219.596-8/21, 239.951-6/21 e 203.819-6/22 - Relatórios de Gestão Fiscal do exercício.

Diante do exposto, constata-se que o Poder Executivo **ultrapassou** o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal descumprimento vem se repetindo desde o 2º quadrimestre de 2017<sup>13</sup>, onde restaria ao Poder Executivo a obrigação de reduzir o percentual excedente nos quatro quadrimestres seguintes, na forma prevista no artigo 23 c/c artigo 66 da Lei Complementar nº 101/00.

Não obstante, como bem ressaltado pelo Corpo Instrutivo, a Lei Complementar Federal nº 178/21 concedeu ampliação do prazo para recondução das despesas com pessoal aos limites legais, conforme se extrai do seguinte excerto da manifestação técnica:

No entanto, em 2021 foi promulgada a Lei Complementar Federal n.º 178/21 que, em seu artigo 15, § 3º, suspendeu a contagem de prazo e as disposições do artigo 23 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, no exercício de 2021, dispondo que eventual excesso de despesa com pessoal, apurado no 3º quadrimestre do exercício de referência, deverá ser reconduzido ao limite à razão de 10% (dez por cento) a cada exercício, a partir de 2023, de forma que, ao término do exercício de 2032 se enquadre nos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Desta forma, é possível concluir que o regime especial de recondução aos limites de despesa com pessoal disposto pelo art. 15 da referida Lei Complementar desobriga os poderes ou órgãos dos entes da Federação a reconduzirem os limites no exercício de 2021, não sendo aplicadas, nestes casos, as restrições previstas no § 3º do art. 23 da LRF, quais sejam as de receber transferências voluntárias e obter garantia, direta ou indireta, de outros entes.

Feitos os devidos esclarecimentos e ponderações, merece prosperar o proposto pela instância técnica quanto à caracterização do ocorrido como **ressalva e determinação**.

Adicionalmente, como **não houve** a suspensão ou flexibilização das medidas estabelecidas pelo art. 22<sup>14</sup> da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve o poder ou órgão que tiver ultrapassado o

<sup>13</sup> Conforme se extrai do Processo TCE-RJ n.º 213.068-9/2021 (Prestação de Contas de Governo do exercício anterior)

<sup>14</sup> Art. 22, Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;



limite, a qualquer tempo, observar as vedações previstas no dispositivo em epígrafe até seu retorno ao limite prudencial, motivo pelo qual será acrescida **comunicação** ao atual prefeito para ciência desse aspecto.

Também merece destaque observar que as alterações aplicadas à LRF se afeiçoam ao entendimento de que eventuais restrições previstas no seu § 3º do art. 23 sejam aplicadas ao Poder ou órgão cujo limite esteja sendo descumprido.

Neste sentido, será incluída **determinação** para que o jurisdicionado adote as medidas necessárias a ao fiel cumprimento da lei, com destaque para a necessidade de **apuração segregada**, por Poder ou órgão, **das despesas com pessoal de servidores inativos e pensionistas**, consoante o disposto no § 7º do art. 20 da Lei Complementar 101/00 (LRF) e disciplinado no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional (MDF<sup>15</sup>)<sup>16</sup>.

Já na linha das ponderações realizadas de forma pertinente pelo *Parquet* Especial, reforça-se que, por força de lei<sup>17</sup>, a despesa total com pessoal deve ser apurada “somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho”, o que indica que não se deve permitir a ausência de cômputo de despesa de pessoal no RGF somente pelo fato de não se realizar o empenho respectivo.

Também é de extrema relevância destacar as alterações promovidas pela LC 178/2021 no art. 19 da LRF buscando consolidar entendimento já solidificado no MDF no sentido de permitir que apenas as despesas com inativos e pensionistas custeadas com recursos próprios do RPPS com o objetivo de promover o equilíbrio atuarial sejam deduzidas na apuração da despesa total com pessoal.

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

<sup>15</sup> Conforme o Manual de Demonstrativos Fiscais (12ª edição/2022), “*Todos os poderes e órgãos disciplinados no art. 20 da LRF devem apresentar, no seu demonstrativo, a parcela das despesas com os respectivos inativos e pensionistas, mesmo que o custeio dessas despesas esteja a cargo de outro Poder ou órgão [LRF, art. 20, §7º]. Para permitir a elaboração do Demonstrativo da Despesa com Pessoal com essas informações, o RPPS deverá manter registros destacados das receitas e despesas de cada um dos Poderes [LRF, art. 50, I, III e IV]. O RPPS deve, ainda, ter condições de fornecer as informações necessárias que possibilitem ao respectivo Poder ou órgão utilizar tais informações para fins de elaboração do seu RGF, mediante apuração dos valores brutos de inativos e pensionistas, assim como do montante de inativos e pensionistas pagos com recursos do RPPS.*”

<sup>16</sup> Embora o §7º do art. 20 da LC 101/00 tenha sido inserido pela Lei Complementar 178/21, destaca-se que a prática do cômputo segregado da despesa de inativos e pensionistas já se consistia em regra prescrita nos MDF anteriores, sendo a inclusão do mencionado §7º relevante medida para consolidação das diversas interpretações anteriormente aplicadas na apuração e fiscalização dessas despesas.

<sup>17</sup> Nos termos do art. 16 da LC 178/21, que promoveu alteração no art. 18, § 2º, da LRF.

Adicionalmente, o *Parquet* Especial, apesar de corroborar com o encaminhamento proposto, destaca que o Corpo Instrutivo não informa em sua instrução se o jurisdicionado apurou a despesa com pessoal em conformidade com as regras explicitadas na Lei Complementar nº 178/2021.

Não obstante, entendo que a análise da Especializada considerou não apenas a aludida Lei Complementar, como também a Lei de Responsabilidade Fiscal e a 11ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, válida para o exercício de 2021, restando a questão superada.

#### 4.6. METAS FISCAIS

Dentre os grandes avanços promovidos pela LRF, está a busca pelo equilíbrio real (material) do orçamento, em que se vislumbra não apenas a fixação de despesas na LOA em montante equivalente às receitas previstas, mas sim evitar o crescimento desordenado de despesas sem lastro para cobri-las ou a ampliação da dívida pública a patamares não sustentáveis.

Neste sentido, prevê o art. 4º, §1º da Lei Complementar nº 101/00, que integra o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Anexo de Metas Fiscais, que estabelece metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Dessa forma, ao se cotejar as metas pactuadas com os resultados efetivamente alcançados, é possível avaliar a política fiscal adotada por determinado ente federativo na busca por uma gestão equilibrada e responsável, com foco especial no controle do endividamento público.

Já o art. 9º da LRF disciplina que, caso a realização da receita, a cada bimestre, não se comporte como o esperado, trazendo risco ao cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e Ministério Público devem promover contenção das despesas públicas segundo os critérios definidos na LDO.

Os valores das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e os resultados alcançados no exercício do município são apresentados a seguir:

METAS FISCAIS			
Descrição	Anexo de metas (Valores correntes)	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal	Atendido OU Não atendido
Receitas	883.464.944,16	1.171.714.712,50	
Despesas	883.464.944,16	1.050.992.799,20	
Resultado primário	12.664.500,50	214.303.222,90	Atendido
Resultado nominal	-15.824.601,58	220.035.513,50	Atendido
Dívida consolidada líquida	561.383.912,20	255.070.110,50	Atendido

Fonte: LDO – Peça 4, Anexos 1 e 6 do RREO 6º bimestre (Processo TCE-RJ n.º 203.821-9/22) e Anexo 2 do RGF do 3º Quadrimestre (Processo TCE-RJ n.º 203.819-6/22).



Conforme se verifica no quadro anterior, o Município **cumpriu** as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Consolidada Líquida estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Conforme salientado pelo Corpo Instrutivo, houve o **cumprimento** das metas pactuadas.

#### 4.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O Corpo Instrutivo constatou que o Poder Executivo Municipal não comprovou a realização de audiências públicas para avaliar o cumprimento das metas fiscais relativas ao 3º quadrimestre do exercício anterior e ao 1º quadrimestre do exercício, em descumprimento ao disposto no § 4º, do artigo 9º, da Lei Complementar Federal n.º 101/00. Contudo, encaminhou esclarecimento acerca da não realização das respectivas audiências, com indicação de que houve suspensão das atividades legislativas nos períodos correspondentes em face da pandemia do coronavírus (peças 93 e 95). Diante dessas justificativas, a falha deve ser caracterizada como **ressalva**, com a respectiva **determinação**, conforme defendido pela instância técnica.

#### 4.8. RESTOS A PAGAR

Conforme o Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, restos a pagar correspondem às despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anteriores, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente ao ano de sua inscrição, distinguindo-se as processadas (despesas já liquidadas) das não processadas (despesas a liquidar ou em liquidação).

No que tange ao saldo de Restos a Pagar de exercícios anteriores, a Especializada identificou cancelamentos de restos a pagar processados e não processados liquidados na ordem de 3,85 milhões que, embora pudessem representar ilegalidade por constituírem obrigações já cumpridas pelo credor, consoante artigos 62 e 63 da Lei Federal n.º 4.320/64, foram devidamente justificados pelo jurisdicionado, em que se destaca:

(...) em exame procedido na documentação encaminhada pelo jurisdicionado, observa-se que parte dos cancelamentos se referem a restos a pagar prescritos, amparados pelos Decretos Municipais n.ºs 6.607/21 e 6.643/21, Peça 135 (fls. 01/07), bem como parte prescritos conforme Nota Explicativa apresentada pelo IBASCAF, Peça 135 (fls. 08/10), empenhos em valores superiores ao objeto de retificação, Peça 135 (fls. 11/21), **justificando**, dessa forma, os referidos cancelamentos.

Na tabela a seguir, em que se demonstram os montantes de restos a pagar inscritos no exercício em relação à disponibilidade de caixa, é possível verificar que o município, desconsiderando os valores relativos ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e à Câmara Municipal, inscreveu restos a pagar não processados com a devida suficiência de caixa:

INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS E DISPONIBILIDADE DE CAIXA				
Disponibilidade de Caixa Bruto	Obrigações Financeiras	Disponibilidade de Caixa Antes	Valor Inscrito de	Valor Inscrito de Restos a



	(a)	Restos a pagar liquidados e não pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	da Inscrição de Restos a pagar Não Processados do Exercício (f) = (a-b-c-d-e)	Restos a Pagar Não Processados (g)	pagar sem a devida Disponibilidade (h)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
Consolidado (I)	622.279.249	216.603.997	10.737.136	20.223.881	243.858.723	130.855.513	31.032.047	0
Câmara Municipal (II)	0	0	0	0	0	0	0	0
RPPS (III)	29.925.731	1.056.379	87.962	0	29.171.567	-390.176	16.799	16.799
Valor Considerado (IV) = (I-II-III)	592.353.519	215.547.618	10.649.174	20.223.881	214.687.157	131.245.690	31.015.248	0

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado – Peça 134, Balanço Financeiro Consolidado – Peça – 136 e Anexo 17 Consolidado – Peça 142, Balanço Orçamentário – Peça 33, Balanço Financeiro – Peça 34 e Anexo 17 – Peça 30 da Câmara Municipal e Balanço Orçamentário – Peça 53, Balanço Financeiro – Peça 54 e Anexo 17 – Peça 50 do RPPS.

**Nota:** O valor referente às “demais obrigações financeiras” (consignações e outros passivos) registrado no Anexo 17 da Lei Federal n.º 4.320/64 foi ajustado, a fim de que o somatório dos restos a pagar e demais obrigações coincida com o total do passivo financeiro registrado no Balanço Patrimonial Consolidado e do RPPS.

Quanto ao tema, o Ministério Público de Contas fez as seguintes ponderações:

Não obstante não ter sido evidenciada a ocorrência de anulação de empenhos de despesas não liquidadas (não inscrição em restos a pagar) por motivo de insuficiência financeira o Parquet de contas assenta, em mais uma oportunidade, que o gestor público deve verificar, no caso concreto, as despesas que são efetivamente passíveis de serem anuladas, sob pena de se caracterizar conduta irregular com reflexo nas contas de governo.

Como sabido, a liquidação da despesa é ato formal que “consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito” (art. 63 da LF nº 4.320/64). E, como ato formal, a ausência de liquidação da despesa não gera certeza quanto à ausência de cumprimento da obrigação por parte do contratado, já que os procedimentos para a liquidação da despesa podem, simplesmente, estar em andamento. Isso sem contar que as liquidações podem deixar de ser realizadas de forma intencional, ou até mesmo serem irregularmente canceladas com o propósito deliberado de não realizar o pagamento e não inscrever a despesa em restos a pagar.

Assim, a anulação de empenhos requer uma avaliação criteriosa quanto à apuração do efetivo cumprimento, ou não, da obrigação pelo credor. Não pode se dar, portanto, de forma automática, voltada apenas e tão somente à satisfação de insuficiência de disponibilidade financeira por parte do ente público.

[...]

Deixar de inscrever em restos a pagar obrigação cumprida pelo contratado caracteriza ocultação de despesas e vai de encontro aos princípios da LRF, ao prejudicar a apuração do resultado real das contas públicas do exercício (equilíbrio fiscal), nos termos do §1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00. Além disso, constitui grave menoscabo ao princípio constitucional da transparência.

Ante o exposto, este Parquet de Contas enfatiza que a ausência de disponibilidade financeira não é motivo para a anulação de empenho de despesa caso o credor tenha cumprido com todas as suas obrigações, a qual deve ser inscrita em restos a pagar, ainda que sua liquidação não tenha sido devidamente formalizada. Conduta diversa atenta contra os princípios da evidência contábil, do regime de competência da despesa e do prévio empenho, (artigos 35, 58, 60, 62, 63, 85, 90,



93, da lei Federal nº 4.320/64 e artigo 50, inciso II da Lei Complementar Federal nº 101/00), a transparência da execução orçamentária e financeira (inciso II do §1º do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101/00) e, ainda, contra os princípios constitucionais da transparência, da impessoalidade e da moralidade administrativa (artigo 37 da CRFB/88). (Grifei)

Procede a preocupação do Ministério Público de Contas no sentido de que não deve o ente se abster de registrar e/ou cancelar valores inscritos em restos a pagar cujo direito adquirido pelo credor seja latente frente ao cumprimento de suas obrigações.

No entanto, destaca-se que o Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar já contempla eventuais casos que, a despeito de configurarem infração ao direito financeiro em especial à Lei Federal 4.320/64- no que tange à realização de despesa sem prévio empenho, devem ser considerados no Anexo 5 com vistas a dar transparência plena ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa do município.

Neste sentido, dispõe ainda o Manual de Demonstrativos Fiscais:

Na verificação da possibilidade de inscrição em restos a pagar não processados, da disponibilidade de caixa bruta devem ser deduzidas as despesas inscritas em restos a pagar processados, as despesas inscritas em restos a pagar não processados em exercícios anteriores e **as demais obrigações de despesa que não tenham passado pela execução orçamentária. Caso não haja suficiente disponibilidade de caixa para quitar todas essas obrigações, o limite de inscrição em restos a pagar já não estará sendo observado.** Além da demonstração do cálculo da disponibilidade de caixa para cada uma das vinculações existentes, deverá ser apresentada também a disponibilidade de caixa para os recursos não vinculados. Assim, esse demonstrativo apresenta o cálculo da disponibilidade de caixa e demonstra se o ente possui liquidez para arcar com seus compromissos financeiros.

Ressalta-se que o limite de inscrição em restos a pagar citado no art. 25, §1º, inciso IV, alínea "c" da LRF, está relacionado ao disposto no art. 1º, §1º da mesma lei, que estabelece como pressuposto da responsabilidade na gestão fiscal a ação planejada, a transparência, o cumprimento das metas e a obediência aos limites, e também ao disposto no art. 9º, também da LRF, que estabelece a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira caso seja verificado ao final de cada bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas fiscais. Dessa forma, a verificação da existência de disponibilidade de caixa para a inscrição em restos a pagar deve acontecer em todos os exercícios.

Observa-se então, como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios.

Esse demonstrativo possibilita também a verificação do cumprimento do art. 42 da LRF, de forma que no último ano de mandato da gestão administrativo-financeira de cada órgão referido no art. 20 da mesma lei haja suficiente disponibilidade de caixa para cobrir as obrigações de despesa contraídas. Essa verificação se dá pelo confronto das obrigações contraídas com a disponibilidade de caixa existente.



Apesar de a restrição estabelecida no art. 42 se limitar aos dois últimos quadrimestres do respectivo mandato, a LRF estabelece que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, o que impõe que ajustes devam ser observados no decorrer de todo o mandato, de forma que as receitas não sejam superestimadas, nem haja acúmulo excessivo de passivos financeiros. (grifei)

Quanto a eventuais casos em que o processo de liquidação se encontre em andamento, essas situações intermediárias devem ser abarcadas pela fase de crédito empenhados em liquidação, já abordada no item 3.4 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Esses valores devem ser considerados no Anexo 5, computados na coluna (d) em Obrigações Financeiras por meio da conta 6.3.1.2.0.00.00 (RP não processado em liquidação)<sup>18</sup>.

Destaca-se que situações de realização de despesa sem prévio empenho ou pagamento sem sua regular liquidação, o que me parece ser a preocupação central do *Parquet* especial, são vedadas consoante arts. 60 e 62 da Lei Federal 4.320, respectivamente, devendo, contudo, a contabilidade do Ente realizar os registros quanto aos aspectos patrimoniais em respeito ao princípio da essência sobre a forma constante na NBC TSP Estrutura Conceitual, sob pena de responsabilização. Para tanto foram criados os atributos de Indicador de Superávit Financeiro<sup>19</sup> que, embora tenham como seu objetivo precípuo permitir a apuração do superávit financeiro por meio dos conceitos de ativo e passivo financeiros e permanentes previsto na Lei Federal nº 4.329/64, dão a transparência necessária para se identificar casos de descumprimento nos moldes aqui apresentados.

No mais, fato é que as informações utilizadas na presente análise, em grande parte, possuem natureza declaratória. Nada impede, contudo, que venham a ser objeto de fiscalizações de conformidade e/ou financeiras destinadas a confirmar ou robustecer a análise desta Corte em sede de Contas de Governo, fato que já se encontra em desenvolvimento, por exemplo, por meio do processo de fortalecimento das auditorias financeiras no âmbito do TCE-RJ.

## **5. LIMITES CONSTITUCIONAIS**

### **5.1. DESPESAS COM EDUCAÇÃO**

Em razão do disposto no artigo 212 da Constituição Federal, os municípios deverão aplicar no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do total da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Ressalta-se que a apuração realizada observa, além da Lei Federal nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as premissas e interpretações aprovadas por este Tribunal

<sup>18</sup> Vide Parte IV – RGF – 11ª ed. – Mapeamentos, v.3, disponível em [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO\\_ANEXO:12903](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:12903)

<sup>19</sup> Vide item 3.3.2.1 da parte IV do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.



sobre o tema por meio da Nota Técnica n.º 05, de 13/04/22, bem como os pressupostos já consagrados por esta Corte, em especial ao previsto no Processo TCE-RJ nº 219.129-2/18 no tocante a despesas com auxílio alimentação ou similar, e as orientações complementares publicadas no DOERJ em 29/06/2022 acerca do cômputo de despesas pagas no exercício oriundas de inscrição em restos a pagar que não possuíam disponibilidade de caixa no exercício anterior.

A análise realizada pela Especializada aponta que R\$ 93.204,20 registrados como gastos não pertencem ao exercício e não foram certificados pelo controle interno, estando, portanto, em desacordo com a Nota Técnica n.º 05/22, o que dará ensejo a **ressalva** e a **determinação**.

No que tange ao total de despesas realizadas com educação, apura-se que o município ficou abaixo da média de gastos *per capita*, quando comparado à média de gasto por aluno dos 91 municípios jurisdicionados realizados no exercício anterior, ocupando a 86ª posição, apresentando o valor de R\$ 1.941,48.

O Demonstrativo de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino se apresenta da seguinte maneira:

FONTE DE RECURSOS: IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS			
Modalidades de Ensino	Subfunção	Despesa Paga R\$	RP processados e RP não processados R\$
(a) Ensino fundamental	361 – Ensino fundamental	46.802.273,39	846.429,87
(b) Educação infantil	365 – Ensino infantil	1.944.884,22	373.575,67
(c ) Educação jovens e adultos (Consideradas no ensino fundamental)	366 – Educação jovens e adultos	113.036,02	0,00
(d) Educação especial (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	367 – Educação especial	210,00	0,00
(e) Demais subfunções atípicas (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	122 – Administração	0,00	0,00
	306 – Alimentação	0,00	0,00
	Demais subfunções	0,00	0,00
(f) Subfunções típicas da educação registradas em outras funções			
(g) Subtotal das despesas com ensino (a+b+c+d+e+f)		48.860.403,63	1.220.005,54
(h) Subtotal das despesas com ensino da fonte Impostos e Transferência de Impostos		50.080.409,17	
FONTE DE RECURSOS: FUNDEB			
Descrição		Despesa Paga R\$ (a)	RP processados e RP não processados R\$ (b)
(i) Despesa realizadas com a fonte Fundeb		162.003.526,90	172.120,14
(j) Subtotal das despesas com ensino da fonte Fundeb ( d + e )		162.175.647,04	
Apuração do mínimo constitucional de aplicação em MDE			
(l) Total das despesas com ensino ( h + j )		212.256.056,21	
(m) Ganho de Recursos Fundeb		104.764.895,46	
(n) Total das despesas registradas como gasto em educação (l – m)		107.491.160,75	



(o) Dedução do Sigfis (fonte: impostos e transferência de imposto e Fundeb)	93.204,20
(p) Cancelamento de restos a pagar dos exercícios anteriores (fonte: impostos e transferência de imposto e Fundeb)	0,00
(q) Restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa (fonte impostos e transferências)	1.220.005,54
(r) Restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa (fonte Fundeb)	0,00
(s) Total das despesas consideradas para fins de limite constitucional (n - o - p - q - r)	106.177.951,01
(t) Receita resultante de impostos	428.064.163,46
(u) Percentual alcançado (limite mínimo de 25,00% - art. 212 da CF/88) (s / t x 100)	24,80%

Fonte: Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas – Peça 179 (fls. 92/100), Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 17, Balancete Contábil da fonte “Impostos e Transferência de Impostos” – Peça 150, Balancete do Fundeb – Peça 153, Documentos de cancelamentos de restos a pagar – Peças 62 e 74 a 77 e Relatório Analítico Educação – Peça 182.

**Nota 1 (linha “m”):** após apuração do Fundeb para o exercício, verifica-se que o Município teve um ganho líquido no valor de R\$ 104.764.895,46 (transferência recebida R\$ 158.196.954,35 e contribuição R\$ 53.432.058,89);

**Nota 2:** na linha “o” foram registradas despesas não consideradas no cálculo do limite, conforme verificado no Sigfis e abordado no item ‘6.1.1 – Da verificação do enquadramento das despesas nos artigos 70 e 71 da Lei n.º 9.394/96’.

**Nota 3:** as despesas com a educação especial, de jovens e adultos, administração e alimentação correspondem à educação básica, conforme informado pelo Município, motivo pelo qual foram incluídas na base de cálculo do limite da educação.

**Nota 4:** embora tenha ocorrido cancelamento de Restos a Pagar no exercício 2018, no montante de R\$ 647.430,42 e no exercício de 2019, no montante de R\$ 1.572.109,40, Peça 62 e 179 (fl. 104), os mesmos não serão excluídos do total das despesas com educação, tendo em vista que os montantes cancelados não impactariam o cálculo do limite mínimo constitucional, ou seja, mesmo desconsiderando o valor das despesas ora canceladas o município ainda assim cumpriria o limite mínimo naqueles exercícios conforme demonstrado a seguir:

**Tabela – Cálculo do impacto do cancelamento de Restos a Pagar em MDE**

Exercícios	2018	2019
Mínimo 25% (A)	90.123.672,53	87.025.121,12
Valor aplicado (B)	120.272.405,37	123.079.493,82
Diferença entre o aplicado e o mínimo (C=B-A)	30.148.732,83	32.054.377,70
Cancelamento de RP em 2021 (D)	1.572.109,40	647.430,42
Valor glosado que foi cancelado (E)	0,00	0,00
Cancelamento de RP em 2021 sem glosa (F=D-E)	1.572.109,40	647.430,42
Saldo após cancelamentos de RP (G= C-F)	28.576.623,43	31.406.947,28
Valores que impactam o limite	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Fonte: PCGOV 2018, Processo TCE-RJ n.º 213.294-3/19, e PCGOV 2019, Processo TCE-RJ n.º 214.728-6/20.

**Nota 5:** embora tenha ocorrido cancelamento de Restos a Pagar referentes ao exercício de 2020, no montante de R\$2.052.077,65, na fonte Impostos e Transferências de Impostos, o mesmo não será excluído do total das despesas com educação, tendo em vista que a metodologia aplicada naquele exercício considerou as despesas efetivamente pagas, PCGOV 2020 processo TCE/RJ n.º 213.068-9/20.

**Nota 6:** o Município inscreveu restos a pagar processados e não processados, não comprovando disponibilidade financeira, conforme balancete. Dessa forma, não foi considerado este montante como despesas em educação para fins do limite.

Constata-se que o Município **não cumpriu** o limite estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, tendo aplicado 24,80% das receitas de impostos e transferências de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

É de se destacar que esta Corte vem considerando o não cumprimento de tal limite como irregularidade, o que, como bem apontado pela Especializada, restará superado em decorrência das alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 119/22, que isenta da responsabilidade administrativa os entes federados e agentes políticos que se apresentem nesta situação no exercício



em análise. Não obstante, ainda tomando por base a referida emenda, devem os gestores públicos realizar o montante não aplicado em 2020 e 2021 a título complementar até o exercício de 2023, conforme bem destaca a análise conclusiva do Corpo Instrutivo, que será acolhida na íntegra:

Dessa forma, com relação ao exercício sob exame, considerando a superveniente aprovação da Emenda Constitucional n.º 119/22, deve o chefe do Poder Executivo aplicar a diferença de **R\$ 838.089,85** na manutenção e desenvolvimento do ensino, até o final do exercício 2023.

Ressalte-se ainda a necessidade de o Município providenciar a aplicação, também em 2023, da diferença apurada na Prestação de Contas de Governo relativa ao exercício de 2020 (Processo TCE-RJ n.º 213.068-9/21), no montante de **R\$ 25.872.186,27**.

Tal fato, por tratar-se de matéria relevante, será objeto de **Comunicação** ao Gestor.

Já com relação a aspectos relacionados com eficiência e efetividade de ações voltadas para a Educação Básica, a Especializada observa que o município não atingiu as metas previstas nas etapas referentes à 4ª série/5º ano e à 8ª série/9º ano, conforme tabela baixo, adotando como base o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, de 2019:

RESULTADOS DO IDEB - 2019							
Nota 4ª série/ 5º ano	Meta	Percentual de alcance da meta	Posição em relação aos 91 municípios	Nota 8ª série/ 9º ano	Meta	Percentual de alcance da meta	Posição em relação aos 91 municípios
5.0	5.8	86,21%	74	3.6	5.6	64,29%	82

Fonte: Ministério da Educação.

Nesse sentido, na linha defendida pelo Corpo Instrutivo, será expedida **recomendação** a fim de que se estabeleçam procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle do desempenho da educação na rede pública de ensino, com o aprimoramento da referida política pública.

Adicionalmente, o Ministério Público de Contas aduz o seguinte:

Rememoramos que no exame das contas de governo municipais de 2018 o Plenário desta Corte, acatando proposta deste Órgão Ministerial, determinou que a SGE fiscalizasse o cumprimento da regra estabelecida no § 5º do artigo 69 da LDB e que na apreciação das Contas de Governo referentes ao exercício de 2019 foi realizada Comunicação aos prefeitos, alertando-os “quanto à necessidade de providenciar a abertura de conta específica distinta daquela em que se encontram os recursos do Tesouro, bem como garantir que os recursos sejam transferidos ao órgão responsável pela Educação nos prazos estabelecidos no art. 69, § 5º, da Lei nº 9.394/96, com ciência de que as regras estabelecidas da referida Lei serão objeto de verificação e acompanhamento nas próximas Contas de Governo”.

Em que pese as decisões plenárias, o relatório técnico não trouxe qualquer informação quanto ao cumprimento pelo jurisdicionado da regra disposta no § 5º do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A despeito de tal apontamento, se extrai do parecer prévio das Contas de Governo do Município de Cabo Frio referente ao exercício de 2020 constituído sob o processo TCE-RJ nº 213.068-

9/2021, nos termos do voto da Exma. Conselheira Marianna Montebello Willeman (fls. 3104/3105), que o município cumpriu as regras estabelecidas no § 5º do artigo 69 da LDB.

Neste sentido e considerando o caráter permanente da manutenção da conta em respeito ao determinado por esta Corte, bem como não haver razões que justifiquem o cancelamento da mesma, a ausência de apontamentos sobre o tema considera-se ser superada.

## **5.2. FUNDEB**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, cujos resultados compõem a apuração do limite mínimo aplicado pelo ente em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino apurado no tópico anterior, tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação.

Atualmente o fundo de natureza contábil se encontra instituído de forma permanente<sup>20</sup> nos termos do art. 212-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 108/2020, e se encontra regulamentado pela Lei nº 14.113/2020 e pelo Decreto n.º 10.656/2021.

O Fundeb também passou a contar com três modalidades de complementação da União a saber:

- a) complementação VAAF (Valor Anual por Aluno) – 10% no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno, nos termos do inciso III do caput do art. 5º da Lei Federal n.º 14.113/20, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;
- b) complementação VAAT (Valor Anual Total por Aluno) - no mínimo, 10,5% em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno, referido no inciso VI do caput do art. 5º da Lei Federal n.º 14.113/20, não alcançar o mínimo definido nacionalmente, devendo o município aplicar, no mínimo, 15% em despesa de capital, bem como destinar à educação infantil a proporção de 50%<sup>21</sup>; e
- c) complementação VAAR (Valor Anual por Aluno Resultado/Rendimento) 2,5% nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos de atendimento e da melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica.

<sup>20</sup> Antes da EC 108/2020 sua vigência havia sido estabelecida para o período de 2007-2020.

<sup>21</sup> Artigos 27 e 28 da Lei Federal n.º 14.113/20



A Nova Lei do Fundeb também estabelece, no seu artigo 25, que seus recursos devem ser utilizados no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública. Entretanto, o mesmo artigo da Lei permite, em seu § 3º, que até 10% desses recursos sejam utilizados no 1º quadrimestre do exercício seguinte, mediante a abertura de crédito adicional<sup>22</sup>.

De acordo com os documentos apresentados, o município apresentou o resultado positivo do Fundeb de R\$ 104.764.895,46, na medida em que recebeu transferências na ordem de R\$ 158.196.954,35 e efetuou contribuições no montante de R\$ 53.432.058,89.

No que tange à utilização dos recursos, observa-se que o ente **cumpriu** com o limite legal<sup>23</sup> de aplicar, no mínimo, 70% dos recursos recebidos do Fundeb, incluindo os recursos da complementação da União (VAAF e VAAT), acrescidos do resultado das aplicações financeiras, no pagamento da remuneração de profissionais da educação básica em efetivo serviço, atingindo, em 2021, o percentual de 73,52%.

Já no que toca a complementação da União definida como VAAT, de acordo com consulta ao sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, observa-se que o município não recebeu recursos nessa modalidade no exercício de 2021.

Quanto ao tema, resta consignar que a Lei Federal nº 14.276, com vigência a partir do final de 2021, definiu em seu art. 13, §§ 4º e 5º a necessidade de os entes disponibilizarem suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais para que sejam habilitados ao recebimento da complementação da União na modalidade VAAT.

Em consulta ao sítio do SICONFI, verifica-se que o município de Cabo Frio se encontra em condição preliminar de inabilitado por inobservância do art. 38 da aludida Lei Federal, tendo em vista a não transmissão ao SIOPE dos dados referentes ao exercício de 2021<sup>24</sup>. Tal fato impede que as informações do VAAT sejam apuradas, sendo necessário que o ente transmita ou retifique as informações da matriz de saldos contábeis de 2021 via SICONFI e/ou encaminhe as informações referentes ao anexo da educação do RREO para o SIOPE/FNDE.

Dessa forma, considerando que o município é responsável pela exatidão e fidedignidade das informações encaminhadas, reputo grave eventual inabilitação decorrente do não encaminhamento

<sup>22</sup> Ressalta-se que a exigência de aplicação mínima de 90% dos recursos recebidos do Fundeb será verificada no exercício em análise. Contudo, no que concerne à aplicação dos recursos recebidos do Fundeb que não foram utilizados no exercício anterior, serão utilizados os parâmetros estabelecidos no § 2º do artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/07, os quais estabeleciam para o exercício de 2020, a aplicação de até 5% dos recursos do Fundeb no 1º trimestre do exercício seguinte, uma vez que o artigo 53 da Lei Federal nº 14.113/2020 revoga a Lei nº 11.494/2007, contudo mantém os efeitos financeiros no que se refere à execução dos Fundos no exercício de 2020.

<sup>23</sup> Artigo 26 da Lei Federal nº 14.113/20 c/c a Lei Federal nº 14.276/21.

<sup>24</sup> Consulta realizada em 24/08/2022 no seguinte endereço:

<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=38103>

ou encaminhamento inconsistente das informações em epígrafe, o que pode ser agravado caso eventual valor devido a título de complementação VAAT deixe de ser transferido por conta desta inabilitação.

Considerando que a exigência em questão é recente no ordenamento jurídico brasileiro aplicado ao direito financeiro, tal fato será objeto de **alerta** nas presentes contas de governo.

Já com relação aos limites mínimos de aplicação manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, verifica-se que o município utilizou 100% dos recursos do Fundeb em 2021, em observância ao art. 25 da Lei Federal n.º 14.113/20. Ao se analisar o resultado financeiro do exercício anterior (2020), conclui-se que deixaram de ser aplicados R\$580,04 do saldo remanescente apurado de R\$ 4.045.580,04. Tal fato será relevado diante da imaterialidade envolvida.

Ao final de 2021, o município apresenta resultado financeiro para o exercício seguinte nos seguintes moldes:

RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDEB	
Descrição	Valor - R\$
(A) Superávit na conta Fundeb em 31/12/2021	127.345,44
(B) Saldo a empenhar no exercício seguinte	0,00
(C) Resultado apurado (A - B)	127.345,44

Fonte: Balancete contábil do Fundeb- Peça 153 e quadro anterior.

Observa-se que, em que pese não terem sido identificados recursos do Fundo a serem aplicados no exercício seguinte, o município apresentou saldo positivo, atendendo ao disposto no art. 29, inciso I, da Lei n.º 14.113/20, c/c art. 71 da Lei n.º 9.394/96.

O saldo verificado na conta Fundeb, independente da sua origem (outras fontes de recursos), no montante de R\$ 127.345,44, deverá ser utilizado mediante abertura de crédito adicional na fonte Fundeb, observando o preceituado na Lei Federal n.º 4.320/64 c/c o inciso V do artigo 167 da Constituição Federal.

Por fim, o Corpo Instrutivo destaca que o parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Peça 78, sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, conforme previsto no parágrafo único do artigo 31 c/c o inciso I, § 2º, do artigo 33 da Lei Federal n.º 14.113/20, concluiu pela aprovação com ressalvas.

## **5.2. AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS**

O art. 198, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, c/c o art. 7º da Lei Complementar n.º 141/12 estabeleceram, para os municípios, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) da



arrecadação de impostos e transferências para aplicação em ações e serviços públicos de saúde (ASPS).

Segundo a referida Lei Complementar, serão consideradas, para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos, as despesas em ações e serviços públicos de saúde voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no art. 7º da Lei n.º 8.080/90.

O art. 3º destaca as despesas em ações e serviços públicos de saúde que serão computadas para efeito de apuração da aplicação dos recursos mínimos, ao passo que o art. 4º estabelece aquelas que não serão computadas como despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Conforme ressaltado pelo Corpo Instrutivo, o Plenário desta Corte decidiu, em sessão de 28.08.2018, nos autos do Processo TCE-RJ n.º 113.617-4/18, em resposta à consulta formulada perante esta Corte, que seriam consideradas, para fins de aferição do cumprimento do limite previsto no art. 198, §2º, II e §3º, I, da CRFB, c/c o art. 7º da LC n.º 141/12, as despesas liquidadas e efetivamente pagas no exercício, bem como os restos a pagar processados e não processados até o limite da disponibilidade de caixa.

A tabela a seguir demonstra o total das despesas realizadas com ações e serviços públicos de saúde detalhadas por grupo de natureza de despesas e as respectivas deduções, indicando, dessa forma, o total gasto na saúde e o total considerado para fins de limite:

DESPESAS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			
Descrição		Valor - R\$	
Despesas gerais com saúde		Despesas pagas	RP processados e RP não processados
(A) Despesas correntes		312.728.025,64	17.536.498,33
Pessoal e Encargos Sociais		211.009.548,22	6.064.736,79
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		101.718.477,42	11.471.761,54
(B) Despesas de capital		142.884,98	0,00
Investimentos		142.884,98	0,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00
(C) Total (A+B)		312.870.910,62	17.536.498,33
(D) Total das despesas com saúde		330.407.408,95	
Despesas com saúde não computadas para fins de apuração do percentual mínimo		Despesas pagas	RP processados e RP não processados
(E) Despesas com inativos e pensionistas		0,00	0,00
(F) Despesa com assistência à saúde que não atende ao princípio de acesso universal		0,00	0,00
(G) Despesas custeadas com outros recursos		243.569.903,39	13.660.775,32
Recursos de transferência do Sistema Único de Saúde - SUS		86.720.452,55	8.218.721,32
Recursos de operações de crédito		0,00	0,00
Outros Recursos		156.849.450,84	5.442.054,00
(H) Outras ações e serviços não computados		0,00	0,00

(I) Restos a pagar processados inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa (fonte impostos e transferências)	NA	2.517.879,88
(J) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa (fonte impostos e transferências)	NA	1.357.843,13
(K) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores, com disponibilidade de caixa naquele exercício	0,00	0,00
<b>(L) Total (E+F+G+H+I+J+K)</b>	<b>243.569.903,39</b>	<b>17.536.498,33</b>
<b>(M) Total das despesas com saúde não computadas</b>	<b>261.106.401,72</b>	
<b>(N) Total das despesas com ações e serviços públicos de saúde para fins de limite (D - M)</b>	<b>69.301.007,23</b>	

Fonte: Despesas em Saúde por Grupo de Natureza de Despesa – Peça 179, fl. 114, Despesas em Saúde por Fontes de Recursos – Peça 179, fl. 116, Balancete Contábil de Verificação da Saúde – Peça 82, Documentos comprobatórios – Peças 83, 84, 85 e 86, e Documento de cancelamento de RP na fonte "Impostos e Transferências de Impostos" – Peça 87, e Relatório Analítico Saúde – Peça 183.

**Nota: 1 (linha D):** ressalta-se que o valor da despesa empenha com Saúde (R\$330.407.408,95), diverge do valor registrado na Função 10 do Anexo 8 Consolidado (R\$331.000.763,10), Peça 16, apresentando uma diferença de R\$593.354,15, indicando que foram lançadas no Relatório Geral apenas as despesas geridas pelo Fundo Municipal de Saúde.

**Nota 2:** embora tenha ocorrido cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores, no montante de R\$ 4.316.942,23, o mesmo não será excluído do total das despesas com saúde, tendo em vista que o montante cancelado não impactaria o cálculo do limite mínimo constitucional, ou seja, mesmo desconsiderando o valor das despesas ora canceladas o Município ainda assim cumpriria o limite mínimo naqueles exercícios.

**Nota 3:** o Município inscreveu restos a pagar processados e não processados não comprovando disponibilidade financeira, conforme balancete do Fundo de Saúde. Dessa forma, não foi considerado este montante como despesas em saúde para fins do limite.

Já a tabela seguinte demonstra que o montante gasto com saúde no exercício representou 16,45% das receitas de impostos e transferências de impostos, tendo sido cumprido, portanto, o previsto no parágrafo único do artigo 2º, c/c os artigos 7º e 14, todos da Lei Complementar n.º 141/12, de no mínimo 15%.

DESCRIÇÃO	Valor - R\$
<b>RECEITAS</b>	
(A) Receitas de impostos e transferências (conforme quadro da educação)	428.064.163,46
(B) Dedução da parcela do FPM (art. 159, I, "d" e "e")	6.795.699,53
(C) Dedução do IOF-Ouro	0,00
<b>(D) Total das receitas (base de cálculo da saúde) (A-B-C)</b>	<b>421.268.463,93</b>
<b>DESPESAS COM SAÚDE</b>	
(E) Despesas pagas custeadas com recursos de impostos e transf. de impostos	69.301.007,23
(F) Restos a pagar processado e não processados, relativos aos recursos de impostos e transf. de impostos, com disponibilidade de caixa naquele exercício	0,00
(G) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores com disponibilidade financeira	0,00
<b>(H) Total das despesas consideradas = (E+F-G)</b>	<b>69.301.007,23</b>
<b>(I) Percentual das receitas aplicado em gastos com saúde (H/D) mínimo 15%</b>	<b>16,45%</b>
<b>(J) Valor referente à parcela que deixou de ser aplicada em ASPS no exercício</b>	<b>0,00</b>

Fonte Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 17, quadro anterior, Documento de cancelamento de RP na fonte "Impostos e Transferências de Impostos" – Peça 88, e Relatório Analítico Saúde – Peça 183, e Documentos de arrecadação do FPM de julho e dezembro – Peças 184/185.

**Nota:** as Emendas Constitucionais n.ºs 55 e 84 estabeleceram um aumento de 1% no repasse do FPM (alíneas "d" e "e", inciso I, artigo 159 da CRFB), a serem creditados nos primeiros decêndios dos meses de julho e dezembro de cada exercício. De acordo com comunicado da STN, os créditos ocorreram nos dias 08/07/2021 e 09/12/2021. No entanto, esta receita não compõe a base de cálculo da saúde, prevista no artigo 198, § 2º, inciso III da CRFB, da mesma forma que o IOF-Ouro.

Em continuidade, conclui ainda a especializada quanto ao tema que:

- a) **não houve** o parecer do Conselho Municipal de Saúde, não atendendo ao disposto no artigo 33 da Lei n.º 8.080/90, c/c § 1º, artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12;



- b) o Executivo Municipal **não comprovou** a realização de audiência pública relativa ao 3º trimestre do exercício anterior, que deveria ter sido promovida pelo gestor do SUS, em descumprindo ao disposto no § 5º e caput do artigo 36 da LC n.º 141/12;
- c) o Executivo Municipal realizou audiências públicas referentes às ações e serviços públicos de saúde, relativas ao 1º e 2º trimestre, **em período diverso** aos estabelecidos no § 5º e caput do artigo 36 da Lei Complementar Federal n.º 141/12; e
- d) os comprovantes dos chamamentos para a realização das audiências públicas referentes às ações e serviços públicos de saúde **não foram encaminhados**, em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar Federal n.º 141/12.

Todos esses aspectos serão tidos como **ressalvas**, na linha da sugestão apresentada pelo Corpo Instrutivo e ensejarão **determinações**.

Adicionalmente, o Douto Ministério Público aduz o seguinte:

Como já referido alhures, ao regulamentar o §3º do artigo 198 da Constituição da República, a Lei Complementar Federal n.º 141/12 prescreve, no parágrafo único do artigo 2º e nos artigos 14 e 16, que as despesas com ASPS devem estar em conformidade com objetivos e metas explicitados nos planos de saúde de cada ente da Federação e **ser financiadas com recursos movimentados por meio do Fundo de Saúde**. Originalmente, esta obrigação fora imposta aos estados, municípios e Distrito Federal pela norma contida no §3º do art. 77 do ADCT, que prescreveu peremptoriamente que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde seriam aplicados por meio de Fundo de Saúde. Sobre a questão, de maneira diversa das análises efetuadas nas prestações de contas de governo de exercícios anteriores, **o relatório técnico não explicita se o total dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde foram geridos diretamente pelo Fundo Municipal de Saúde**, assim, fica prejudicada a verificação do cumprimento pelo jurisdicionado do disposto no §3º do artigo 198 da Constituição da República e no parágrafo único do artigo 2º e nos artigos 14 e 16 da Lei Complementar Federal n.º 141/12. (Grifei)

Quanto ao tema, mesmo não explicitando textualmente, a nota ao quadro de despesas com saúde (193, fl. 42) conclui que se encontram no Quadro Total das Despesas com Saúde (peça 17, fls. 114) apenas as geridas pelo Fundo Municipal de Saúde. Destarte, considero superada a discussão levantada pelo Ministério Público de Contas.

## 6. DEMAIS ASPECTOS RELEVANTES

### 6.1. ROYALTIES

O artigo 8º da Lei n.º 7.990, de 28.12.89, alterada pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13, veda a aplicação dos recursos provenientes de *royalties* no quadro permanente de pessoal e no pagamento da dívida, excetuando o pagamento de dívida com a União, bem como a capitalização de fundos de previdência.

Tomando por base o atual entendimento desta Corte firmado em decisão plenária de 13/07/22 proferida nos autos do processo TCE-RJ nº 209.516-6/21, que revogou a tese fixada nos autos do processo TCE-RJ nº 208.708-6/22, sugere o Corpo Instrutivo comunicação quanto às alterações promovidas no entendimento, defendidas recentemente por esta Colenda no seguinte sentido:

2.1. excetuada a hipótese prevista no art. 8º, §1º, inciso II, da Lei Federal N.º 7.990/89, as despesas de pessoal com servidores efetivos, cargos em comissão, agentes políticos e prestadores de serviços terceirizados, que tenham por objetivo substituir servidores, incluídas as contribuições previdenciárias patronais, são consideradas como despesas com quadro permanente de pessoal e não podem ser custeadas com os recursos das compensações financeiras previstas na Lei Federal n.º 7.990/89.

2.2. As compensações financeiras podem ser utilizadas para aportes ao fundo de previdência, visando à sua capitalização e equacionamento do déficit atuarial, nos moldes do previsto na Lei N.º 7.990/89, art. 8º, § 2º, devendo cumprir as condições previstas no artigo 1º da Portaria MPS n.º 746/2011, especialmente quanto à aplicação dos recursos advindos dos aportes para cobertura de déficit atuarial pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

2.3. Excetuada a hipótese prevista no art. 8º, § 1º, inciso II, da Lei Federal n.º 7.990/89, as compensações financeiras não podem ser utilizadas para custeio de contribuição suplementar instituída em plano de equacionamento de déficit atuarial por serem consideradas um encargo social, conforme dispõe o art. 18, caput, da LRF, ostentando, portanto, natureza de despesa com pessoal, e incidindo, portanto, a vedação contida na Lei N.º 7.990/89, art. 8º, caput.

2.4. As compensações financeiras não podem ser utilizadas para pagamento de dívidas decorrentes do não recolhimento de contribuições patronais, sob pena de violação ao comando previsto no art. 8º, caput, da Lei 7.990/89, que veda a utilização das mesmas para pagamento de dívidas e despesas com pessoal.

Quanto ao tema, destaca-se o item 2.1 acima mencionado, notadamente no sentido de atualizar o conceito de compensações financeiras previstas na Lei Federal nº 7.990/89 abordado nos autos do processo TCE-RJ nº 214.567-3/18, onde esta Corte definiu, *in verbis*:

a) O disposto no artigo 8º, caput, da Lei Federal n.º 7.990/89, na redação dada pela Lei Federal n.º 8.001/90, aplica-se a **todas as compensações financeiras devidas** pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, **quais sejam**: Royalties Gerais – Lei Federal n.º 9.478/97, artigo 48; Royalties Excedentes – Lei 9.478/97, artigo 49; Royalties em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas – Lei Federal n.º 12.351/10, artigo 42-B; **Participações Especiais – Lei Federal n.º 9.478/97, artigo 50; (Grifei)**

Em meu entendimento, não devem as participações especiais previstas no art. 50 da Lei Federal nº 9.478/97, que ocorrem nos casos de grande produção e alta rentabilidade, serem caracterizadas como compensações financeiras nos moldes propostos para as vedações impostas pelo art. 8º da mesma lei.

Neste sentido, decidiu a Corte Federal, nos seguintes termos atinentes ao tema por meio do Acórdão nº 2027/2019 – TCU – Plenário:



9.2.6. a proibição de pagamento de despesas com dívida e pessoal, prevista no art. 8º da Lei 7.990/1989, abrange tanto os recursos arrecadados no exercício como aqueles repassados para o exercício financeiro seguinte (superávit financeiro), independentemente de terem sido transferidos ao Tesouro Nacional por força do art. 45, § 3º, da Lei 9.478/1997;

9.2.7. a proibição de que trata o art. 8º da Lei 7.990/1989 abrange apenas os recursos referentes à parcela de royalties, sejam eles devidos nos percentuais mínimos de 5%, a qual ainda é regulada pela Lei 7.990/1989, sejam eles devidos em percentuais excedentes, conforme estabelecido pelas Leis 9.478/1997 e 12.351/2010.

[...]

Posteriormente, novas leis passaram a regular de forma diferenciada tanto a alíquota dos royalties quanto a forma de distribuição, a exemplo das Leis 9.478/1997 e 12.351/2010 que elevaram as alíquotas devidas a título de royalties para, respectivamente, 10% e 15%, sem, contudo, derrogar, seja de forma expressa, seja de forma tácita, as vedações insertas no art. 8º da Lei 7.990/1989 que continuaram vigentes.

Desse modo, mesmo as receitas de royalties excedentes, auferidas além do percentual mínimo de 5%, tratadas em ambas as leis mencionadas no item anterior, apesar de instituídas posteriormente à Lei 7.990/1989, estão sujeitas às proibições constantes do seu art. 8º, plenamente válido e eficaz.

**Essa mesma conclusão não se aplica aos recursos decorrentes da participação especial, instituída posteriormente à Lei 7.990/1989 pela Lei 9.478/1997, em seus arts. 45 e 50. A participação especial não se trata de receita de compensação financeira, a exemplo dos royalties, mas de participação de resultado na exploração de petróleo e gás natural, conforme se pode observar do disposto no art. 50 da Lei 9.478/1997, a seguir transcrito:**

Art. 50. O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial, a ser regulamentada em decreto do Presidente da República.

§ 1º A participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os royalties, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor.

Depreende-se, do excerto acima, que a participação especial decorre ou da existência de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, de sorte que ela não está associada à produção de petróleo propriamente dita, na medida em que não incide, por exemplo, sobre pequena produção. Tal característica afasta o caráter compensatório da participação especial e, por via de consequência, a aplicação das vedações constantes do art. 8º da Lei 7.990/1989 que alcança apenas as compensações financeiras. (Grifei)

Dessa forma, corroboro com a comunicação proposta pela Especializada, adicionando apenas o reforço de que, muito embora seja recomendável que os recursos decorrentes de participações especiais devam ser preferencialmente destinados a programas de infraestrutura social, as vedações impostas pelo art. 8º da Lei Federal nº 7.990/89 não devem incidir sobre a receita deste gênero, prevista no art. 50 da referida lei.

Feitos tais esclarecimentos, as receitas de royalties e participações especiais realizadas no exercício de 2021 se apresentam da seguinte forma:



**RECEITAS DE ROYALTIES**

Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
<b>I – Transferência da União</b>			<b>300.907.866,25</b>
Compensação financeira de recursos hídricos		0,00	
Compensação financeira de recursos minerais		85.915,88	
Compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto e gás natural		<b>300.821.950,37</b>	
Royalties pela produção (até 5% da produção)	118.406.552,68		
Royalties pelo excedente da produção	154.792.859,63		
Participação especial	26.031.195,24		
Fundo especial do petróleo	1.591.342,82		
<b>II – Transferência do Estado</b>			<b>13.758.599,61</b>
<b>III – Outras compensações financeiras</b>			<b>12.209.599,72</b>
<b>IV - Subtotal</b>			<b>326.876.065,58</b>
<b>V – Aplicações financeiras</b>			<b>548.830,65</b>
<b>VI – Total das receitas ( IV + V )</b>			<b>327.424.896,23</b>

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – Peça 17.

**Nota:** o valor da receita total consignado no quadro acima não contempla eventuais valores arrecadados decorrentes de royalties recebidos a título de cessão onerosa previsto na Lei Federal n.º 13.885/19.

Já as despesas custeadas com tais recursos podem ser assim resumidas:

<b>DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DOS ROYALTIES</b>			
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$	
<b>I - Despesas correntes</b>			<b>204.136.788,42</b>
Pessoal e encargos	126.656.592,54		
Juros e encargos da dívida	611.902,05		
Outras despesas correntes	76.868.293,83		
<b>II - Despesas de capital</b>			<b>108.339.822,77</b>
Investimentos	3.074.739,38		
Amortização de dívida	104.815.083,39		
Outras despesas de capital	450.000,00		
<b>III - Total das despesas ( I + II )</b>			<b>312.476.611,19</b>

Fonte: Quadro - Total das Despesas na fonte de Recurso dos Royalties por Grupo de Natureza de Despesa Peça 179 fls.128, com ajuste em face de informação obtida no Relatório Royalties Analítico, Peça 190, onde verificou a inclusão de despesas de exercícios anteriores a classificar como despesas de pessoal, no valor de R\$ 9.020,00, que ora retificamos para outras despesas correntes.

Tendo em vista o apresentado, o Corpo Instrutivo se posiciona da seguinte maneira:

Da análise das informações constantes dos autos, verifica-se que o Município aplicou recursos de royalties em pagamento de pessoal e de dívidas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

<b>R\$</b>	
<b>Pagamento realizado no quadro permanente de pessoal (A)</b>	<b>126.656.592,54</b>
Exceção:	
Pagamento de contribuição patronal ao RPPS - Processo TCE-RJ n.º 209.143-9/06 (B)	19.421.315,92
Contratação por tempo determinado, sem objetivo de substituição de	107.235.276,62



**GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO  
MARCELO VERDINI MAIA  
RELATOR**



servidores (Processo TCE-RJ n.º 214.567-3/18) (C)	
Pagamento de Profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública de ensino (Processo TCE-RJ n.º 214.567-3/18) – artigo 8º da Lei 7.990/89 c/c Lei n.º 12.858/13 (D)	00
<b>Total de pagamento realizado com pessoal em desacordo ao art. 8º Lei n.º 7990/89 (E) = (A) – (B + C + D)</b>	<b>0,00</b>

<b>R\$</b>	
<b>Pagamento de dívidas (A)</b>	<b>104.806.063,39</b>
Exceção:	
Pagamento de dívida junto à União (B)	26.107.908,94
<b>Total de pagamento em dívida realizado em desacordo ao art. 8º Lei n.º 7990/89 (C) = (A) – (B)</b>	<b>78.698.154,45</b>

Fonte: Relatório *Royalties* Analítico, Peça 190 (elementos de despesas considerados: 31900400 e 31909499 – linha C do pagamento de pessoal e 32902100 e 46907100 – linha B do pagamento da dívida).

Conforme apontado anteriormente, ocorreu o pagamento de dívidas não excetuadas pela Lei Federal n.º 7.990/89, alterada pelas Leis Federais n.ºs 10.195/01 e 12.858/13.

Esse fato será objeto da **Irregularidade e Determinação n.º 1**.

Contudo, no que tange ao pagamento de contribuição patronal ao RPPS com recursos de royalties, amparado com base no entendimento revogado em 13.07.2022 constante do Processo TCE-RJ n.º 219.143-9/06, entende-se que, para o exercício financeiro de 2021, o custeio de despesa de contribuição patronal com recursos de royalties deve ser considerado regular.

Nada obstante, considerando o entendimento firmado nos autos do Processo TCE-RJ n.º 209.516-6/21, nos termos do art. 23 da LINDB verifica-se a imposição de novo condicionamento de direito, motivo pelo qual será sugerido o estabelecimento de regime de transição para seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

Nesse sentido, uma vez que o ciclo orçamentário do exercício seguinte (2023) já se encontra em andamento, de modo a conferir tempo hábil aos jurisdicionados desta Corte, será proposto ao final desta instrução que o novo entendimento passe a vigorar no exercício financeiro de 2024.

No documento constante Peça 115, constata-se que não ocorreram transferências financeiras dos royalties para capitalização do regime próprio de previdência social.

Diante da possibilidade regimental de apresentar manifestação escrita destinada a elucidar a irregularidade apresentada preliminarmente pelas instâncias técnicas, o jurisdicionado encaminhou, de forma tempestiva, suas razões de defesa pertinente ao tema, materializadas por meio do Doc. TCE-RJ nº 019.533-2/22 (Peça 203, fls. 02/14).

Em síntese, embora reconheça a utilização de recursos de *royalties* gerais e excedentes para amortização da dívida com precatórios, ressaltou que tal utilização não fez uso de recursos oriundos de parcelas recebidas em face da Lei Federal nº 12.858/13, conforme Relatório de Totalizações por Conta Bancária (Peça 204, fls. 32 e 34).

Adicionalmente, apoia a justificativa do montante utilizado no disposto pelo artigo 101, §§ 1º e 2º do ADCT da Constituição Federal, no qual consta autorização para o pagamento de débitos com precatórios com recursos provenientes das fontes de receita corrente líquida referida no § 1º do

mentionado artigo, dentre as quais os *royalties* são parte integrante, bem como a tese formulada por este TCE-RJ na consulta objeto do Processo TCE-RJ nº 244.127-7/19.

Destaca ter instaurando Procedimento Administrativo destinado a apurar a observância por parte do município do entendimento firmado por esta Corte, tendo como resposta da fazenda municipal que a utilização dos *royalties*, para pagamento de amortização de dívida, ocorreu em razão de o Município encontrar-se inserido no Regime Especial de Pagamento de Precatórios, bem como da possibilidade de utilização desta fonte de recursos, em caráter excepcional e transitório, conforme previsto no artigo 101, §§ 1º e 2º do ADCT da Constituição Federal (Peça 204, fl. 38).

O Jurisdicionado também se reporta à orientação firmada nos autos do processo TCE-RJ nº 244.127-7/19, no qual foi decidido, *in verbis*:

Excetuadas tanto as compensações financeiras devidas pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural mencionadas no artigo 2º, inciso II, da Lei nº 12.858/2013, como as vinculadas por lei regional ou local, nos termos do artigo 101 do ADCT, o ente público que, em 25 de março de 2015, se encontrava em mora no pagamento de seus precatórios, poderia utilizar os Royalties Gerais (Lei nº 9.478/97, artigo 48), os Royalties Excedentes (Lei nº 9.478/97, artigo 49), os Royalties em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas (Lei nº 12.351/2010, artigo 42-B) e as Participações Especiais (Lei nº 9.478/97, artigo 50) para quitação, até 31 de dezembro de 2024, dos seus débitos, vencidos e vincendos dentro desse período.

As alegações apresentadas foram acompanhadas de vasta documentação comprobatória<sup>25</sup> destinadas a comprovar que o Município de Cabo Frio sempre esteve submetido ao regime especial de pagamento de precatório, inicialmente sob a égide da EC nº 62/09 e, posteriormente, das Emendas Constitucionais nºs 94/16, 99/17 e 109/21, uma vez que não teria logrado êxito em quitar precatórios vencidos desde 2005, bem como destinadas a demonstrar a movimentação dos processos de precatórios.

O Corpo Instrutivo (Peça 247, fls. 05/06), endossado pelo *Parquet* Especial (Peça 250, fls. 5), diante dos argumentos apresentados, os quais se encontram devidamente suportados por documentação comprobatória necessária e suficiente à elucidação dos fatos, concluem por desconsiderar a referida irregularidade, acrescentando, contudo, comunicação dirigida ao responsável pelo controle interno para que, no relatório a ser encaminhado nos próximos exercícios, informe, detalhadamente, quanto aos pagamentos de precatórios com recursos de *royalties*, a fonte utilizada (Royalties Gerais, Excedentes etc.), de modo a possibilitar a verificação da regularidade dos pagamentos nos moldes abordados.

Na mesma linha das instâncias técnicas, entendo afastada a irregularidade preliminarmente atribuída ao gestor por considerar comprovado o enquadramento do Ente no Regime Especial de

<sup>25</sup> Peças 218 a 221



Pagamento de Precatórios desde 16.01.13, o que possibilita a utilização de recursos não vinculados de Royalties na forma da tese já firmada por este Tribunal e consubstanciada por meio do processo TCE-RJ nº244.127-7/19, corroborando ainda com o alerta acrescentado nos termos propostos.

Ainda quanto ao tema, a Lei Federal n.º 12.858/13, dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural oriundos da produção realizada no horizonte geológico denominado pré-sal.

De acordo com a Especializada, o Ente recebeu R\$ 12.116.215,61 a título de recursos previstos na aludida Lei Federal, tendo sua aplicação ocorrido da seguinte maneira:

Aplicação de Recursos dos <i>Royalties</i> Pré-Sal	
Descrição	Valor
Recursos Recebidos dos <i>Royalties</i> Previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013	12.116.215,61
Aplicação Mínima na Saúde – 25%	3.029.053,90
Aplicação de Recursos na Saúde	1.682.197,40
% aplicado em Saúde	13,88%
Saldo a aplicar	1.346.856,50
Aplicação Mínima na Educação – 75%	9.087.161,71
Aplicação de Recursos na Educação	670.122,00
% aplicado em Educação	5,53%
Saldo a aplicar	8.417.039,71

Fonte: Modelo 21 - *Royalties* Lei n.º 12.858/13, Peça 179, fl.134 c/c o Relatório do Controle Interno, Peça 169, fl. 23, onde foi registrado o valor da retenção do PASEP (R\$ 12.209.599,72 – R\$ 93.384,11 = R\$ 12.116.215,61).

Observa-se que o Poder Executivo aplicou 13,88% dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal n.º 12.858/13 na saúde e 5,53% na educação, não atendendo integralmente o disposto no § 3º, artigo 2º da Lei Federal n.º 12.858/13.

No entanto, corroboro com as instâncias técnicas quanto ao tratamento do fato como **ressalva**<sup>26</sup>, haja vista que a aplicação dos recursos ficou restrita às destinações prevista na legislação, ficando o saldo remanescente a ser aplicado no exercício seguinte. Há de salientar que o valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde que excedeu o mínimo de 15% é superior ao montante da Lei Federal 12.858/13 que não foi aplicado em saúde.

Também me afeição ao proposto pela Especializada quanto à aplicação dos recursos oriundos da Lei Federal em epígrafe e não aplicados em exercícios anteriores, *in verbis*:

Cumpra registrar que na Prestação de Contas de Governo dos exercícios anteriores, o E. Plenário desta Corte determinou que o jurisdicionado aplicasse, além dos recursos recebidos no exercício, os valores não aplicados nos exercícios anteriores, a saber:

Aplicação de Recursos dos <i>Royalties</i> Pré-Sal			R\$
Descrição	Saldo a Aplicar de Exercícios Anteriores (A)	Saldo Aplicado em 2021 (B)	Saldo de Exercícios

<sup>26</sup> Na linha de precedentes como os firmados no âmbito dos Processos TCE-RJ 220.802-4/21, 213.490-6/21, 210.694-3/21.

			Anteriores a Aplicar em 2022 (A – B)
Em Saúde	993.803,02	0,00	993.803,02
Em Educação	2.143.610,58	0,00	2.143.610,58

Fonte: Prestação de Contas dos exercícios de 2018, 2019 e 2020 (Processos N.ºs 213.294-3819, 214.728-6/20 e 213.068-9/21, respectivamente), Prestação de Contas do exercício - TCE/RJ n.º 213.068-9/21 e Modelo 21 - *Royalties* Lei n.º 12.858/13, Peça 179, fl. 134.

**Nota:** O saldo a aplicar contempla os valores dos exercícios de 2018, 2019 e 2020, a saber:

SAÚDE	
Exercício	R\$
2018	251.290,12
2019	188.622,27
2020	553.890,63
<b>TOTAL</b>	<b>993.803,02</b>
EDUCAÇÃO	
Exercício	R\$
2018	753.870,36
2019	180.363,59
2020	1.209.376,63
<b>TOTAL</b>	<b>2.143.610,58</b>

Não houve atendimento à referida determinação, uma vez que a aplicação desses recursos foi em montante inferior aos valores recebidos em 2021, restando saldo a utilizar em Educação e Saúde de R\$2.143.610,58 e R\$ 993.803,02, respectivamente, referentes aos exercícios de 2018, 2019 e 2020.

Esse fato será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 1**.

A ausência de aplicação integral dos recursos de *royalties* previstos na Lei Federal n.º 12.858/13, recebidos em exercícios anteriores, nas áreas de Educação (75%) e Saúde (25%) será objeto de **ressalva e determinação**.

## 6.2. SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS deverão ser organizados de forma a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial, conforme preconiza o artigo 40, *caput*, da Constituição Federal e art. 1º, *caput*, da Lei Federal 9.717/1998.

Sob o aspecto do equilíbrio financeiro, a Especializada aponta que o município apresentou **déficit financeiro** no exercício de 2021 de R\$ 25.050.414,90, em desacordo com as disposições da Lei Federal nº 9.717/98, sugerindo determinação frente à falha apontada.

No entanto, depreende-se da análise do Relatório de Avaliação Atuarial utilizado (Peça 102) que o Município de Cabo Frio teve sua massa de segurados segregada em dois planos de benefícios, conforme Lei Municipal nº 2.352, de 29 de abril de 2011, em: i) Fundo em Repartição, relativo aos



servidores que ingressaram no Município até 31/12/2010; e ii) Fundo em Capitalização, relativo aos servidores civis que ingressaram no Município após 31/12/2010.

A legislação consolidada do RPPS traz em seu anexo os conceitos de fundo de capitalização e fundo em repartição, na forma a seguir:

32. Fundo em capitalização: **fundo especial, instituído nos termos da Lei no 4.320**, de 17 de março de 1964, com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no Plano de Benefícios do RPPS, no qual o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e idade foi estruturado sob o regime financeiro de capitalização e os demais benefícios em conformidade com as regras dispostas nesta Portaria.

33. Fundo em repartição: **fundo especial, instituído nos termos da Lei no 4.320**, de 17 de março de 1964, em caso de segregação da massa, em que as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de fundo para oscilação de riscos.

A lógica aqui é garantir a aplicação do art. 1º, inciso III, da Lei Federal 9.717/98, ou seja, garantir que as contribuições e os recursos vinculados aos fundos (em Capitalização e em Repartição), bem como as contribuições, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, desta Lei, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais.

Segundo o mesmo princípio, a avaliação do déficit financeiro **deve ser feita por fundo**, e não de maneira geral, de modo que o resultado do fundo de repartição não interfira no resultado do fundo de capitalização.

O mesmo relatório fornecido pelo ente demonstra os montantes projetados, por fundo, conforme se pode notar abaixo:

As receitas e despesas projetadas para o exercício em estudo e para os dois exercícios seguintes estão demonstradas abaixo.

**Fundo em Capitalização:**

Exercício	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário
2021	9.161.346,36	642.026,39	8.519.319,97
2022	9.671.398,60	887.614,03	8.783.784,57
2023	10.198.978,09	1.085.679,74	9.113.298,35

**Fundo em Repartição:**

Exercício	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário
2021	32.126.622,63	83.405.063,40	-51.278.440,77
2022	31.098.479,77	92.658.354,40	-61.559.874,63
2023	29.721.496,36	103.027.060,66	-73.305.564,30

Observa-se que a tendência apresentada pelo relatório atuarial aponta para um superávit financeiro no fundo de Capitalização, bem como um déficit financeiro para o fundo em Repartição, o que não necessariamente se traduz em falha, visto que a opção pela segregação de massas gera um fundo essencialmente deficitário, sendo notadamente a opção de equacionamento de déficit atuarial escolhida por municípios em situação mais penosa em seus aspectos previdenciários, já que a opção amplia o prazo para tal equacionamento frente à opção de estabelecimento de um plano de amortização pelo prazo de até 35 anos<sup>27</sup>.

Não obstante, a ausência de demonstrativos por fundo não permite que esta Corte conclua pela existência ou não de déficit/superávit financeiro por regime, motivo pelo qual será inserida **determinação** para que o ente passe a elaborar as demonstrações financeiras e fiscais segregadas por fundo em Capitalização e em Repartição, classificando a falha como **ressalva**, ressaltando que permanece a Unidade Gestora responsável pela administração do RPPS do Ente obrigada a encaminhar apenas uma Prestação de Contas Anual de Gestão (PCA), com as apurações, contudo, de forma segregada.

Adicionalmente, verifica-se no mesmo Relatório de Avaliação Atuarial que a data-focal utilizada foi 31.12.2020, o que, apesar de cumprir com a exigência constante no item 68 do anexo da Deliberação TCE-RJ nº 285/2018, encontra-se em desacordo com os arts. 3º e 38 da portaria MF 464/2018, vigente à época e atualmente revogada pela Portaria MPT nº 1.467/22, cuja data focal deveria ser a de 31 de dezembro do exercício a que a avaliação se refere.

Não há como desconsiderar a importância do aludido item 68 para fins de verificação quanto ao cumprimento das recomendações que ali possam ter sido emanadas em sede de trabalho atuarial.

<sup>27</sup> Artigos 18 a 22 da Portaria MPS nº 403/2008, vigente à época da segregação do Ente.



Contudo, reforço aqui a importância de que o passivo atuarial registrado em balanço deve estar posicionado em 31/12 do exercício a que se refere, de modo a dar a fidedignidade e credibilidade necessária ao demonstrativo.

Isto posto, mesmo desconsiderando possível impropriedade, visto que houve o cumprimento no encaminhamento do relatório nos moldes solicitados por esta Corte, incluo **determinação** à SGE, em respeito ao trâmite definido no art. 15 da Deliberação TCE-RJ 285/18, no sentido de avaliar a necessidade de atualização do Anexo da Deliberação TCE-RJ nº 285/18 para que, a partir das próximas Contas de Governo, seja encaminhado o Relatório de Avaliação Atuarial cuja data focal utilizada guarde consonância com a Portaria MPT nº 1.467/22, ou seja, 31 de dezembro do exercício a que a avaliação se refere, com vistas a garantir a maior fidedignidade das informações relacionadas com o passivo atuarial do Ente.

O relatório também aponta para possível descumprimento do disposto no § 4º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103/2019, o qual disciplina que, presente déficit atuarial, a alíquota de contribuição previdenciária devida pelos segurados do RPPS municipal não poderá ser inferior à do RPPS da União (14%). Isso porque a peça aponta para uma alíquota atual de 11%, motivo pelo considerarei o fato como **ressalva, com determinação**.

Já sob o prisma atuarial, considerando o Relatório de Avaliação Atuarial encaminhado, o ente demonstra um **déficit atuarial do fundo em Capitalização de R\$ 158.972.529,58** e há declaração por parte do Poder Executivo atestando que o órgão de previdência social municipal custeia somente despesas com aposentadoria e pensão por morte, nos termos da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

O Corpo Instrutivo não menciona, contudo, o déficit atuarial do Fundo em Repartição, no montante de R\$ 1.978.336.123,04.

Como já abordado, destaco que tais valores tendem a estar desatualizados, haja vista a data focal utilizada para elaboração do Relatório de Avaliação Atuarial, não devendo ser considerado como estimativa confiável.

Quanto às contribuições previdenciárias ao RPPS, conclui a Especializada que o Poder Executivo não vem efetuando regularmente o repasse das contribuições retidas dos servidores e da contribuição patronal, em contrariedade ao disposto no inciso II, do artigo 1º, da Lei Federal n.º 9.717/98, conforme quadro a seguir:

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RPPS			
Contribuição	Valor Devido	Valor Repassado	Diferença
Do Servidor	23.579.861,88	23.558.904,01	20.957,87

Patronal	23.579.696,69	23.534.370,95	45.325,74
Total	47.159.558,57	47.093.274,96	66.283,61

Fonte: Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RPPS- Peça 179 fls. 136/137.

Nota: os valores das contribuições referem-se a todas as unidades gestoras, exceto câmara municipal.

Como bem abordado pelo Corpo Instrutivo, essa falha pode interferir negativamente no equilíbrio financeiro e/ou atuarial do regime próprio de previdência, com destaque para o fato de que a ausência de repasse ou repasse a menor da contribuição retida dos servidores configura grave infração à norma legal, podendo tal conduta, inclusive, ser enquadrada como crime de apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A do Código Penal Brasileiro.

Diante da possibilidade regimental de apresentar manifestação escrita destinada a elucidar a irregularidade apresentada preliminarmente pelas instâncias técnicas, o jurisdicionado encaminhou, de forma tempestiva, suas razões de defesa pertinente ao tema, materializadas por meio do Doc. TCE-RJ nº 019.533-2/22 (Peça 203, fls. 16/20).

Em síntese, o jurisdicionado esclarece que a irregularidade caracterizada estaria ilidida pela certidão expedida pelo próprio Instituto de Previdência Social, segundo a qual as contribuições devidas no ano de 2021 teriam sido integralmente quitadas pela Administração Direta, estando, desta forma, regular com suas obrigações previdenciárias no referido exercício financeiro, conforme se verifica no Ofício IBASCAF nº 402/2022 (Peça 237).

Aponta que, apesar de o pagamento ter sido realizado pelo Poder Executivo, em valores que reputava devido, o IBASCAF, no exercício da homologação dos créditos a partir as declarações apresentadas pelo Município, apurou, *a posteriori*, uma diferença a recolher de R\$ 66.283,61 (sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e três reais e sessenta e um centavos) a título de contribuições previdenciárias devidas no exercício de 2021, composta de pequenas divergências nos repasses mensais.

Parte da diferença a recolher, de acordo com o jurisdicionado, foi motivada pelo curto prazo para efetivação dos repasses, até o 5º dia útil, previsto na Lei Municipal n.º 2.352/11, motivando os atrasos na regularização dos repasses, ressaltando que, com a edição da Lei Municipal n.º 3.568/22 (Peça 241), ampliando o prazo para até 20º do mês subsequente ao da competência, viabilizou a realização dos repasses sem ocorrência de atrasos.

As alegações apresentadas foram acompanhadas de vasta documentação comprobatória<sup>28</sup> destinadas a comprovar que o Município de Cabo Frio de modo a certificar que as contribuições

<sup>28</sup> Peças 237, 239 e 241.



devidas em 2021 foram integralmente quitadas, saneando assim a irregularidade preliminarmente apontada.

O Corpo Instrutivo (Peça 247, fls. 07/08), endossado pelo *Parquet* Especial (Peça 250, fls. 5), diante dos argumentos apresentados, os quais se encontram devidamente suportados por documentação comprobatória necessária e suficiente à elucidação dos fatos, concluem por desconsiderar a referida irregularidade, destacando que, em consulta ao Modelo 34 (Peça 31), constante do Processo TCERJ n.º 220.983-6/22, que trata da prestação de contas anual de gestão (PCA) do exercício de 2021 do Instituto de Previdência do Município, as informações registradas naquele processo se coadunam com os dados apresentados pelo jurisdicionado em sua manifestação.

Na mesma linha das instâncias técnicas, entendo afastada a irregularidade preliminarmente atribuída ao gestor por considerar comprovada a quitação integral das contribuições devidas no exercício de 2021, se revelando despidiendia maiores argumentações.

No que tange às contribuições direcionadas ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, verifica-se o Poder Executivo também não vem efetuando regularmente o pagamento da contribuição patronal, o que sujeita o Município a apontamentos e restrições no Cadastro Único de Convênios (Cauc) e pode inviabilizar o repasse de transferências voluntárias por parte da União realizadas sob parcelas do FPM com a finalidade de regularização dos débitos<sup>29</sup>, conforme quadro a seguir:

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RGPS			
Contribuição	Valor Devido	Valor Repassado	Diferença
Do Servidor	14.645.925,82	15.083.078,84	-437.153,02
Patronal	51.337.834,20	50.757.131,64	580.702,56
<b>Total</b>	<b>65.983.760,02</b>	<b>65.840.210,48</b>	<b>143.549,54</b>

Fonte: Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RGPS – Peça 179 fls.139/140.

Nota: os valores das contribuições referem-se a todas as unidades gestoras, exceto câmara municipal.

A Especializada também ressalta que o não pagamento de contribuições previdenciárias destinadas ao Regime Geral de Previdência Social constitui assunção de dívida do Chefe do Poder que deveria ser paga durante seu mandato, configurando-se, nos termos do art. 42 da LRF, obrigação de despesa para a qual será exigida, no último ano de seu mandato, suficiente disponibilidade de caixa, de modo a manter o controle das contas públicas no primeiro ano de exercício do novo mandatário. A falha será objeto de **ressalva e determinação**.

<sup>29</sup> Art. 160, parágrafo único, inciso I da Constituição Federal de 1988

Por último, aponta a especializada após consulta no sitio da CADPREV<sup>30</sup> que o município se encontra em **situação irregular** de acordo com seu Certificado de Regularidade Previdenciária, tendo o último CRP sido emitido em 09/12/2020 por decisão judicial, com validade expirada em 07/06/2021, em face da ausência de regularidade quanto aos critérios e exigências que ensejariam a emissão do CRP pela via ordinária. Tal fato também será objeto de **ressalva e determinação**.

### 6.3. ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM é um indicador de desempenho de âmbito nacional, composto por sete índices setoriais temáticos, cujo objetivo é avaliar, ao longo do tempo, se a visão e os objetivos estratégicos dos municípios foram alcançados e, com isso, oferecer elementos importantes para melhoria da gestão municipal e para auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória do controle externo exercido por esta Corte de Contas.

O Certificado de Validação de que trata o art. 2º da Deliberação TCE-RJ n.º 271/17 (peça 110), no qual o responsável pelo órgão de Controle Interno, após proceder ao exame dos quesitos presentes no questionário para apuração do índice de efetividade da gestão pública e à análise da adequação entre as respostas apresentadas e as respectivas evidências, certificou que as respostas são suficientes, relevantes, válidas e confiáveis para subsidiar a elaboração do referido índice.

### 6.4 REPASSE DE RECURSOS PARA O LEGISLATIVO

O repasse financeiro a ser efetuado pelo Poder Executivo ao Legislativo não poderá ultrapassar os limites percentuais definidos, no caput do citado artigo, de acordo com número de habitantes do Município, bem como não poderá ser inferior à proporção fixada na Lei Orçamentária. Tais determinações encontram-se dispostas nos incisos I e III do § 2º do artigo 29-A da Constituição Federal.

De acordo com análise do Corpo Instrutivo, observa-se que tanto o limite constitucional definido quanto o repasse realizado **foram respeitados**, tendo o Poder Executivo **cumprido** com as disposições contidas nos incisos I e III do § 2º do artigo 29-A da Constituição Federal, respectivamente.

### 6.5 CONTROLE INTERNO

Após destacar a relevância do pronunciamento e da competência fiscalizatória dos sistemas de controle interno, o Corpo Instrutivo, visando ao aperfeiçoamento da atuação do controle interno municipal, sugere **comunicação** ao respectivo responsável para que tome ciência do exame realizado, a fim de que sejam adotadas as medidas pertinentes com o objetivo de eliminar as falhas

<sup>30</sup> <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml>



apontadas no decurso do próximo exercício. Também aponta que o órgão de Controle Interno deverá pronunciar-se, nas próximas Contas de Governo, de forma conclusiva, com a apresentação de certificado de auditoria quanto à regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas. Tais proposições não merecem reparos, de modo que serão integralmente acolhidas.

#### **6.5.1 Determinações nas Contas de Governo do Exercício Anterior**

Com vistas a avaliar o cumprimento das respectivas determinações e recomendações referentes às contas do exercício anterior, foi solicitado ao jurisdicionado um Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE pelo Controle Interno, com informações detalhadas acerca das ações e providências adotadas com o objetivo de corrigir as irregularidades e impropriedades verificadas quando da emissão do Parecer Prévio das contas referentes ao exercício anterior.

O Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE pelo Controle Interno (peça 109) apresentou a seguinte situação, em relação às determinações exaradas, por esta Corte de Contas, na última prestação de contas de governo:

Situação	Quant.	% em relação ao total
Cumprida	19	86%
Cumprida parcialmente	3	14%
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE-RJ pelo Controle Interno – Peça 109

Observa-se que não foram cumpridas integralmente as determinações exaradas por esta Corte na prestação de contas anterior, motivo pelo qual será aposta **ressalva**, com consequente **determinação**.

#### **6.5.2 Certificado de Auditoria**

O Certificado de Auditoria é o documento expedido pelo órgão central de controle interno, ou equivalente, elaborado com base na análise da execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do órgão auditado.

O Certificado de Auditoria (peça 108), emitido pelo órgão central de controle interno, opina expressamente pela Regularidade com ressalvas das Contas do Chefe de Governo do município.

### **6.6 RESULTADOS DAS AUDITORIAS SOBRE A GESTÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**

Após contextualizar as auditorias da receita no âmbito desta Corte e sua importância na eficiência da gestão fiscal, a Especializada aponta as auditorias realizadas no município. Salienta que

os problemas identificados foram inicialmente monitorados em 2017 e que as pendências mais graves constaram como impropriedades nas contas de governo daquele exercício.

Posteriormente, na Peça 193, fls. 68/72, elenca os problemas encontrados ou ainda sem solução, cujo saneamento deve ser objeto da atual gestão 2021/2024 referentes aos temas de gestão do crédito tributário, gestão do ISS e gestão dos impostos imobiliários (IPTU e ITBI), cujo teor passam a integrar o presente voto, revelando-se despendiência a transcrição.

Diante dos apontamentos da instância técnica, o atual gestor deverá planificar e controlar a solução dos problemas relacionados às auditorias realizadas na receita, bem como comprovar a realização dos outros procedimentos considerados imprescindíveis, para que nas próximas contas sejam apresentados o seu andamento e/ou comprovação, nos moldes do Modelo 25 desta Prestação, que foi utilizado para as auditorias de gestão do crédito tributário.

Destarte, é necessária a emissão de **alerta** ao atual gestor de que, persistindo os problemas apurados em sede de auditorias, tratadas nos tópicos 7.6.2, 7.6.3 e 7.6.4 do relatório elaborado pelo Corpo Instrutivo (Peça 193) e não comprovando o cumprimento dos outros procedimentos considerados imprescindíveis para a boa gestão tratados no tópico 7.6.5 do referido relatório, por intermédio de Modelos similares ao de N.º 25 da presente prestação de contas, até o final de seu mandato, poderá este Tribunal se pronunciar pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas.

## **6.7 EDITAIS**

Considerando os dados apresentados pelo ente mediante sistema Sigfis e adotando as disposições constantes na Deliberação TCE-RJ nº 312/2021, verifica-se que o município apresentou 77 editais de forma intempestiva no sistema, não atendendo ao prazo previsto no mencionado normativo. Além disso, 49 desses editais foram encaminhados após a realização do certame, fato que, além de exorbitar o prazo previsto de envio dos dados, mitigou eventual ação de controle.

## **6.8 CONCESSÕES**

Dada a relevância do tema e considerando sua importância na elaboração das diretrizes estratégicas de gestão para biênio 2021/2022, esta Corte solicitou aos municípios o preenchimento do Modelo 27, anexo que compõe as contas de governo de 2021, divulgada conforme Portaria SGE n.º 09, de 15/12/2021.

De acordo com o apresentado pelo Município, no exercício de 2021, existiam 04 contratações vigentes. Entretanto, constatou o Corpo Instrutivo que estes 04 contratos, bem como o contrato relativo à “Construção, instalação e manutenção de abrigos de passageiros de ônibus” que



não consta no Modelo 27, não foram lançados no módulo de concessões do Sigfis, em inobservância ao previsto na Deliberação TCE-RJ n.º 281/2017.

Quanto ao tema, merece prosperar a sugestão da Especializada no sentido de emitir alerta ao atual gestor no sentido de que, persistindo a inobservância ao previsto na Deliberação TCE-RJ N.º 281/17, este Tribunal poderá, nas próximas contas de governo, pronunciar-se pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas.

## **7. CONCLUSÃO**

Após exame da Prestação de Contas de Governo do Município de Cabo Frio, relativa ao exercício de 2021, e tendo em vista o teor do relatório do Corpo Instrutivo e o Parecer do Ministério Público de Contas;

**Considerando**, com fulcro no artigo 125, Incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que é de competência desta Corte de Contas emitir parecer prévio sobre as contas dos municípios e sugerir as medidas convenientes para apreciação final da Câmara;

**Considerando** que o parecer prévio deve refletir a análise técnica das contas examinadas, ficando o julgamento sujeito às Câmaras Municipais;

**Considerando** que, nos termos da legislação em vigor, o parecer prévio do Tribunal de Contas e o subsequente julgamento pela Câmara dos Vereadores não exime a responsabilidade dos ordenadores e ratificadores de despesa, bem como das pessoas que arrecadaram e geriram dinheiro, valores e bens municipais, ou pelos quais seja o Município responsável cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

**Considerando** que a Lei Complementar Federal n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), impõe a adoção de medidas de caráter contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial para a administração pública, direta, autárquica e fundacional, e para as empresas dependentes de recursos do Tesouro dos Municípios jurisdicionados;

**Considerando** que este Tribunal, nos termos dos artigos 75 da Constituição Federal e 124 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, já com as alterações dadas pela Emenda Constitucional nº 04/91, é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos municípios do Estado;

**Considerando** a importância do encaminhamento da matriz de saldos contábeis via SICONFI, bem como as informações via SIOPE, para fins de recebimento da complementação da União na modalidade VAAT referente ao Fundeb, podendo a inabilitação ser considerada irregularidade grave ensejadora de parecer prévio contrário em contas futuras;

**Considerando** que as participações especiais previstas no art. 50 da Lei Federal nº 9.478/97, que ocorrem nos casos de grande produção e alta rentabilidade, não devem ser caracterizadas como compensações financeiras nos moldes propostos para as vedações impostas pelo art. 8º da mesma lei;

**Considerando** preocupação já exposta pela STN por meio da Nota Técnica SEI nº 30805/2021/ME e por esta Corte de Contas no sentido de que o Município deve manter o controle do impacto da variação da RCL na redução do percentual excedente em cada exercício, principalmente em relação a eventuais receitas temporárias identificadas pelo Município.

**Considerando** os resultados gerais apurados;

Posiciono-me **PARCIALMENTE DE ACORDO** com o Corpo Instrutivo com o Ministério Público de Contas junto a esta Corte.

Ressalto que minha parcial divergência com relação ao Corpo Instrutivo e com o *Parquet* Especial reside especialmente em: a) desconsiderar como ressalva o desequilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos preliminarmente apontado, pelos motivos expostos no tópico 6.2, notadamente quanto à informação de que o Ente optou pela segregação de massas em dois planos de benefícios, conforme Lei Municipal nº 2.352, de 29 de abril de 2011, em: i) Fundo em Repartição, relativo aos servidores que ingressaram no Município até 31/12/2010; e ii) Fundo em Capitalização, relativo aos servidores civis que ingressaram no Município após 31/12/2010; b) acrescentar recomendação para que o Ente acompanhe e avalie o efeito de eventuais receitas temporárias na Receita Corrente Líquida, em atenção à manutenção do equilíbrio na gestão fiscal; c) acrescentar determinação à SGE para avaliar revisão do Anexo da Deliberação TCE-RJ nº 285/18 quanto ao Relatório de Avaliação Atuarial; d) acrescentar comunicação ao atual gestor para que mantenha a observância às medias impostas pelo art. 22 da LRF, visto que as mesmas continuam vigentes; e e) acrescentar consideração de que as participações especiais previstas no art. 50 da Lei Federal nº 9.478/97, que ocorrem nos casos de grande produção e alta rentabilidade, não devem ser caracterizadas como compensações financeiras nos moldes propostos para as vedações previstas no art. 8º da Lei 7.990/89.

Além disso, corroboro com a proposta do Ministério Público de Contas no sentido de que deve haver ampla divulgação dos documentos constitutivos da presente prestação de contas no portal da transparência do Município, tão logo a prestação de contas seja apresentada a esta Corte. Todavia, entendo que no presente exercício o fato deve ser objeto de comunicação e não deve se caracterizar como ressalva às contas.

**VOTO:**



**I – Por Emissão de PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL à aprovação das contas do chefe do Poder Executivo do Município de Cabo Frio, Sr. José Bonifácio Ferreira Novellino, referentes ao exercício de 2021, com as seguintes RESSALVAS, DETERMINAÇÕES e RECOMENDAÇÕES:**

**RESSALVAS E DETERMINAÇÕES**

**RESSALVA N.º 01**

Divergência entre o saldo do patrimônio líquido apurado na presente prestação de contas e o registrado no Balanço Patrimonial Consolidado.

**DETERMINAÇÃO N.º 01**

Observar o correto registro contábil da movimentação patrimonial, em atendimento à Portaria STN n.º 634/13 c/c Portaria STN n.º 840/16.

**RESSALVA N.º 02**

O Poder Executivo vem desrespeitando o limite de despesas com pessoal desde exercícios anteriores, encerrando o exercício em análise com estas despesas acima do limite, contrariando o disposto na alínea “b”, inciso III, artigo 20 da citada Lei de Responsabilidade Fiscal.

**DETERMINAÇÃO N.º 02**

Observar o cumprimento do limite da despesa com pessoal estabelecido na alínea “b”, inciso III, artigo 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 c/c o disposto no §3º, do artigo 15, da Lei Complementar Federal n.º 178/2021, uma vez que foram suspensas, no exercício financeiro de 2021, as contagens de prazo e as disposições do artigo 23 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, cabendo a recondução aos limites de Despesa com Pessoal à razão de 10% (dez por cento) a cada exercício, a partir de 2023, de forma que, ao término do exercício de 2032, se enquadrem nos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

**DETERMINAÇÃO N.º 03**

Adotar as medidas necessárias a ao fiel cumprimento da lei, com destaque para a necessidade de apuração segregada, por Poder ou órgão, das despesas com pessoal de servidores inativos e pensionistas, consoante o disposto no § 7º do art. 20 da Lei Complementar 101/00 (LRF) e disciplinado no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional (MDF).

**RESSALVA N.º 03**

Despesas classificadas na Função 12 – Educação, que não foram consideradas no cálculo do limite dos gastos com a educação, por não pertencem ao exercício em análise e que não foram certificados pelo Controle Interno, em desacordo com a Nota Técnica n.º 05/22 (Processo TCE-RJ n.º 100.614-0/22):

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor Empenhado – R\$	Valor Liquidado – R\$	Valor Pago – R\$
06/04/2021	956	O VALOR QUE SE EMPENHA E REFERENTE AO TERMO DE CONFISSAO E PARCELAMENT O DE DIVIDA, EM CONFORMIDADE COM AS CLAUSULAS NELE CONTIDAS, AS FLS. 03 E 04, DO P.A. 11.411-2019, A FAVOR DA	PROLAGOS S/A - C DE S P DE ÁGUA E ESGOTO	Ensino Fundamental	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	93.204,20	93.204,20	93.204,20
<b>TOTAL</b>						93.204,20	93.204,20	93.204,20

#### **DETERMINAÇÃO N.º 04**

Cuidar para que as despesas de exercícios anteriores com Educação – Função 12, somente sejam levadas a efeito no cálculo do limite caso não tenham sido consideradas nos exercícios anteriores, conforme informação certificada pelo Controle Interno e de acordo com Nota Técnica nº 05, de 13/04/22, aprovada por este Tribunal.

#### **RESSALVA N.º 04**

Não foi encaminhado o parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desacordo com o disposto no artigo 33 da Lei n.º 8.080/90, c/c § 1º, artigo 36, da Lei Complementar n.º 141/12.

#### **DETERMINAÇÃO N.º 05**

Encaminhar o parecer do Conselho Municipal de Saúde, consoante o disposto no artigo 33 da Lei n.º 8.080/90, c/c § 1º, artigo 36, da Lei Complementar n.º 141/12.

#### **RESSALVA N.º 05**

Não comprovação de todas as audiências públicas que deveriam ter sido promovidas pelo gestor do SUS, indicando que as mesmas não foram realizadas, em descumprimento ao disposto no § 5º e caput do artigo 36 da Lei Complementar Federal n.º 141/12.

#### **DETERMINAÇÃO N.º 06**



Para que o Executivo Municipal comprove a realização das audiências públicas promovidas pelo gestor do SUS, em obediência ao § 5º e *caput* do artigo 36 da Lei Complementar Federal n.º 141/12.

**RESSALVA N.º 06**

Realização das Audiências Públicas pelo gestor do SUS em períodos não condizentes com o disposto no § 5º e *caput* do artigo 36 da Lei Complementar Federal n.º 141/12.

**DETERMINAÇÃO N.º 07**

Para que o Executivo Municipal envide esforços no sentido de promover as audiências públicas, por intermédio do gestor do SUS, na periodicidade estabelecida no § 5º e *caput* do artigo 36 da Lei Complementar Federal n.º 141/12.

**RESSALVA N.º 07**

Não foram encaminhados os comprovantes dos chamamentos para a realização das Audiências Públicas da Saúde, em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar Federal n.º 141/12.

**DETERMINAÇÃO N.º 08**

Assegurar a transparência na gestão do SUS, cumprindo o disposto no § 5º e *caput* do artigo 36 da Lei Complementar Federal n.º 141/12.

**RESSALVA N.º 08**

O Poder Executivo não aplicou integralmente no exercício a parcela dos recursos dos *royalties* previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 na saúde e na educação, não atendendo ao disposto no § 3º, artigo 2º da Lei Federal n.º 12.858/13.

**DETERMINAÇÃO N.º 09**

Observar e comprovar, nas próximas prestações de contas de governo, a aplicação dos recursos dos *royalties* nas áreas de Educação (75%) e Saúde (25%) que não tenham sido integralmente aplicadas no presente exercício, conforme estabelece o § 3º, artigo 2º da Lei Federal n.º 12.858/13.

**RESSALVA N.º 09**

O Poder Executivo não aplicou integralmente os recursos dos *royalties* previstos na Lei Federal n.º 12.858/13, recebidos em exercícios anteriores, nas áreas de Educação (75%) e Saúde (25%).

**DETERMINAÇÃO N.º 10**

Observar e comprovar, nas próximas prestações de contas de governo, a devida aplicação dos recursos dos *royalties* nas áreas de Educação (75%) e Saúde (25%) que não tenham sido integralmente aplicadas em exercícios anteriores, conforme estabelece o § 3º, artigo 2º da Lei Federal n.º 12.858/13.

**RESSALVA N.º 10**

Ausência de Demonstrativos por fundo em repartição e em capitalização destinados a apuração dos resultados financeiros de maneira individualizada.

**DETERMINAÇÃO N.º 11**

Passar a elaborar as demonstrações financeiras e fiscais segregadas por fundo em Capitalização e em Repartição, de modo a propiciar o controle efetivo sobre os ativos e passivos atuariais por fundo.

**RESSALVA N.º 11**

A Alíquota de contribuição previdenciária aplicada atualmente pelo Município (11%) é inferior à aplicada pelo Regime Próprio de Previdência da União (14%), em desacordo com o disposto no § 4º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103/2019.

**DETERMINAÇÃO N.º 12**

Observar o disposto no § 4º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103/2019 no sentido de adequar a alíquota atualmente adotada à legislação vigente.

**RESSALVA N.º 12**

O Município realizou parcialmente o recolhimento da contribuição previdenciária do servidor e da contribuição patronal devida ao RGPS, não observando o disposto no artigo 22 e incisos c/c artigo 30, inciso I, alínea "b", ambos da Lei Federal n.º 8.212/91.

**DETERMINAÇÃO N.º 13**

Providenciar o recolhimento tempestivo da contribuição previdenciária do servidor e patronal devida ao RGPS, conforme disposto no artigo 22 e incisos c/c artigo 30, inciso I, alínea "b", ambos da Lei Federal n.º 8.212/91.

**RESSALVA N.º 13**



O Regime Próprio de Previdência Social do Município não possuía Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, válido para o exercício, tendo em vista a não comprovação do cumprimento de critérios e exigências estabelecidos na Lei n.º 9.717/98.

#### **DETERMINAÇÃO N.º 14**

Providenciar a regularização dos critérios e exigências estabelecidos na Lei n.º 9.717/98 para fins de emissão do CRP, de modo que o Município não fique impossibilitado de receber transferências voluntárias de recursos pela União, impedido de celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, contrair empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União, bem como por instituições financeiras federais e de receber os valores eferentes à compensação previdenciária devidos pelo RGPS.

#### **RESSALVA N.º 14**

O Município não cumpriu integralmente as determinações exaradas anteriormente por esta Corte, conforme informado no Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE-RJ pelo Controle Interno (Modelo 22) da Deliberação TCE-RJ n.º 285/18.

#### **DETERMINAÇÃO N.º 15**

Observar o fiel cumprimento das determinações exaradas por esta Corte.

#### **RECOMENDAÇÕES**

##### **RECOMENDAÇÃO 1**

Para que o Município atente para a necessidade de estabelecer procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle de desempenho da educação na rede pública de ensino, aprimorando a referida política pública, para que sejam alcançadas as metas do Ideb.

##### **RECOMENDAÇÃO 2**

Para que o Município mantenha o controle do impacto da variação da RCL na redução do percentual excedente em cada exercício, principalmente em relação a eventuais receitas temporárias identificadas pelo Município.

II – Pela **DETERMINAÇÃO** à SGE para avaliar a necessidade de atualização do Anexo da Deliberação TCE-RJ nº 285/18 para que, a partir das próximas Contas de Governo, seja encaminhado o Relatório de Avaliação Atuarial cuja data focal utilizada guarde consonância com a Portaria MPT nº 1.467/22, ou seja, 31 de dezembro do exercício a que a avaliação se refere, com vistas a garantir a maior fidedignidade das informações relacionadas com o passivo atuarial do Ente;

**III – Pela COMUNICAÇÃO**, nos termos regimentais, ao atual responsável pelo Controle Interno da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, para que:

**III.1.** tome ciência da decisão deste Tribunal e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CF/88 e no art. 59 da LRF, pronunciando-se, nas próximas contas de governo, de forma conclusiva quanto aos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial e operacional que tenham contribuído para os resultados apurados, de modo a subsidiar a análise das contas por este Tribunal, apresentando Certificado de Auditoria quanto à Regularidade, Regularidade com Ressalva ou Irregularidade das contas, apontando, ainda, quais foram as medidas adotadas no âmbito do controle interno, no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas para a melhoria da gestão governamental, além de apresentar a análise das determinações e recomendações exaradas por este Tribunal nas Contas;

**III.2.** faça constar no relatório, a ser encaminhado no próximo exercício, o valor dos precatórios pagos com recursos de royalties não vinculados, detalhando a fonte utilizada (Royalties Gerais, Excedentes, etc.), tendo em vista que Município de Cabo Frio está submetido ao regime especial de pagamento de precatórios; e

**III.3.** tome ciência da recente decisão deste Tribunal de 13.07.2022, proferida no bojo do Processo TCE-RJ n.º 209.516-6/21, que firmou entendimento desta Corte acerca de novas hipóteses para vedação do custeio de despesas com recursos das compensações financeiras (royalties) previstas na Lei Federal n.º 7.990/89, assim como da revogação da tese fixada na decisão plenária de 14.12.2006, proferida na consulta tombada sob o Processo TCE-RJ n.º 219.143-9/06, considerando ainda que as participações especiais previstas no art. 50 da Lei Federal nº 9.478/97, que ocorrem nos casos de grande produção e alta rentabilidade, não devem serem caracterizadas como compensações financeiras nos moldes propostos para tais vedações, nos termos propostos neste voto.

**IV – Pela COMUNICAÇÃO**, nos termos regimentais, ao atual Prefeito Municipal de Cabo Frio, alertando-o:

**IV.1.** quanto ao fato de que, para as contas de governo municipais referentes ao exercício de 2023, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2024, será observada a recondução do percentual excedente de despesa de pessoal, na forma prevista no artigo 15 da Lei Complementar Federal n.º 178/21, sendo o não cumprimento fato ensejador de emissão de Parecer Prévio Contrário;



**IV.2.** quanto ao fato de o Município que não cumpriu o artigo 212 da Constituição Federal nos exercícios de 2020 e 2021, devendo aplicar complementarmente na manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício de 2023, a diferença entre o valor aplicado e o valor mínimo exigível constitucionalmente, conforme a Emenda Constitucional n.º 119/22, conforme a seguir descrito:

**IV.2.1.** valor de R\$ 838.039,85, resultante da diferença entre o mínimo estabelecido para as despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino e o valor apurado em 2021;

**IV.2.2.** valor R\$ 25.872.186,27, resultante da diferença entre o mínimo estabelecido para despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino e o valor apurado em 2020

**IV.3.** quanto à solução dos problemas apurados em sede de auditorias na gestão tributária municipal, tratadas nos tópicos **7.6.2, 7.6.3 e 7.6.4** do relatório elaborado pela Especializada, até o final de seu mandato, bem como o cumprimento dos outros procedimentos considerados imprescindíveis para a gestão fiscal responsável, mencionados no tópico **7.6.5** do referido relatório, de forma a atender ao estabelecido no artigo 11 da LRF e nos termos do artigo 30, III combinados com os incisos XVIII e XXII, do artigo 37, da CF, pois este Tribunal poderá pronunciar-se pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas;

**IV.4.** quanto à necessidade de estabelecer controles no âmbito municipal para que todas as unidades administrativas enviem tempestivamente, via sistema Sigfis, dados de todos os editais celebrados, em atendimento à Deliberação TCE-RJ n.º 312/20;

**IV.5.** quanto à obrigatoriedade da inserção dos dados no módulo concessões do Sigfis, em sua integridade e autenticidade, referentes às contratações no âmbito das concessões comuns (regidas pela Lei n.º 8.987/95), e concessões administrativas e patrocinadas (parcerias público-privadas – PPPs, regidas pela Lei n.º 11.079/04) em observância ao previsto na Deliberação TCE-RJ n.º 281/17, sob pena de este Tribunal pronunciar-se pela emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação de suas contas;

**IV.6.** quanto à recente decisão deste Tribunal de 13.07.2022, proferida no bojo do Processo TCE-RJ n.º 209.516-6/21, que firmou entendimento desta Corte acerca de novas hipóteses para vedação do custeio de despesas com recursos das compensações financeiras (royalties) previstas na Lei Federal n.º 7.990/89, assim como da revogação da tese fixada na decisão plenária de 14.12.2006, proferida na consulta tombada sob o Processo TCE-RJ n.º 219.143-9/06, considerando ainda que as participações especiais previstas no art. 50 da Lei Federal nº 9.478/97, que ocorrem nos

casos de grande produção e alta rentabilidade, não devem serem caracterizadas como compensações financeiras nos moldes propostos para tais vedações, nos termos propostos neste voto;

**IV.7.** quanto ao fato de que esta Corte considera grave a inabilitação para eventual recebimento de valor devido a título de complementação da União relacionada ao FUNDEB na modalidade VAAT, decorrente do não encaminhamento ou encaminhamento inconsistente das informações via SICONFI e/ou SIOPE, consoante art. 38 da Lei Federal nº 14.276, podendo tal fato ser ensejador de emissão de parecer prévio contrário em contas futuras;

**IV.8.** quanto à necessidade de cumprimento do disposto no § 4º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103/2019, o qual disciplina que, presente déficit atuarial, a alíquota de contribuição previdenciária devida pelos segurados do RPPS municipal não poderá ser inferior à do RPPS da União (14%);

**IV.9.** quanto ao fato de que não houve a suspensão ou flexibilização das medidas estabelecidas pelo art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve o poder ou órgão que tiver ultrapassado o limite, a qualquer tempo, observar as vedações previstas no dispositivo em epígrafe até seu retorno ao limite prudencial.

**IV.10.** quanto ao fato de que, a partir das próximas contas de governo apresentadas, a documentação constitutiva das prestações de contas anuais do Chefe do Poder Executivo (Contas de Governo) deve ser disponibilizada para consulta em seu portal da transparência tão logo sejam apresentadas para fins de apreciação a esta Corte, em cumprimento ao disposto no art. 126 da Constituição Estadual, bem como aos art. 48 e 49 da Lei Complementar nº 101/00.

**V – COMUNICAÇÃO** aos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais jurisdicionados deste Tribunal, dando-lhes ciência da decisão desta Corte proferida nos autos do Processo TCE-RJ n.º 209.516-6/21 e da **MODULAÇÃO DOS EFEITOS** da decisão, incidentes a partir do exercício de 2024, impactando as Contas de Governo a serem prestadas a este Tribunal no exercício de 2025, considerando ainda que as participações especiais previstas no art. 50 da Lei Federal nº 9.478/97, que ocorrem nos casos de grande produção e alta rentabilidade, não devem serem caracterizadas como compensações financeiras nos moldes propostos para tais vedações, nos termos propostos neste voto.

**VI – COMUNICAÇÃO** ao Ministério da Saúde para conhecimento sobre a falta de emissão, por parte do Conselho Municipal de Saúde, do parecer sobre a aplicação dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, na forma do artigo 33 da Lei n.º 8.080/90;



**VII - COMUNICAÇÃO** à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para ciência do descumprimento, por parte do Poder Executivo do Município de **CABO FRIO**, do limite máximo de despesas com pessoal estabelecido no inciso III, alínea b do artigo 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, desde o 2º quadrimestre de 2017, atingindo ao final do exercício de 2021 o percentual de **54,09%** da receita corrente líquida – RCL, e do limite mínimo de gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE, estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, tendo o Município aplicado somente **24,80%** dos recursos de impostos e transferências de impostos.

**VIII – Por COMUNICAÇÃO** ao atual Presidente da Câmara Municipal de Cabo Frio, para que tenha ciência quanto à emissão do presente parecer prévio, com o registro de que a íntegra dos autos encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Corte de Contas.

**IX –** Findas as providências supra, por **ARQUIVAMENTO** do processo.

**MARCELO VERDINI MAIA**  
Conselheiro-Substituto